



ERBENIA LOURENÇO DE OLIVEIRA

**LAND GRABBING NO CENTRO E NA PERIFERIA: REAÇÕES SOCIAIS À
ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E EM MOÇAMBIQUE**

João Pessoa

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ERBENIA LOURENÇO DE OLIVEIRA

**LAND GRABBING NO CENTRO E NA PERIFERIA: REAÇÕES SOCIAIS À
ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E EM MOÇAMBIQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Lima.

João Pessoa
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O481 Oliveira, Erbenia Lourenco de.
Land Grabbing no centro e na periferia: reações sociais
à estrangeirização de terras nos EUA e em Moçambique /
Erbenia Lourenco de Oliveira. - João Pessoa, 2018.
84 f. : il.

Orientação: Thiago Lima.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Land Grabbing. 2. Aquisição Global de Terras. 3.
Moçambique. 4. Estados Unidos. I. Lima, Thiago. II.
Título.

UFPB/BC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,3, o Trabalho de
Conclusão de Curso

"Land Grabbing no Centro e na Periferia: reações sociais à estrangeirização de terras
nos EUA e em Moçambique "

Elaborado por
Erbenia Lourenço de Oliveira

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharela em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Lima da Silva- UFPB (Orientador)

Profª. Drª. Elia Elisa Cia Alves- UFPB

Profª. Mª. Mojana Vargas Correia da Silva- UFPB

RESUMO

Esta monografia tem como foco analisar a manifestação do fenômeno do Land Grabbing, também conhecido como aquisição global de terras, em países centrais e periféricos, tomando como exemplo as experiências moçambicana e estadunidense enquanto receptoras de investimentos. Para alcançar tal objetivo, foi apresentado um panorama do processo em escala global, apontando a amplitude de aquisições de terras no contexto da quádrupla crise do início dos anos 2000 que afetou os setores energético, climático, financeiro e alimentar. Posteriormente, são apresentados os dados e debate em torno do fenômeno em Moçambique, que sofreu forte repressão por parte da sociedade, sobretudo por parte dos movimentos sociais rurais que são os mais afetados pelo Land Grabbing. Quanto à manifestação do fenômeno no centro do sistema internacional, foi desenvolvida pesquisa sobre as aquisições de terras por estrangeiros nos EUA, que já preocupam alguns setores da sociedade civil norte-americana que questionam os investimentos em terras agrícolas e temem pela redução da soberania do país frente ao controle de terras por não residentes. Por fim, o trabalho apresenta algumas considerações finais sobre a análise do fenômeno em um país periférico e em um país central do sistema a fim de contribuir com as reflexões em torno do objeto estudado.

Palavras-chave: Land Grabbing. Aquisição Global de Terras. Moçambique. Estados Unidos.

ABSTRACT

This monography focuses on the manifestation of the Land Grabbing phenomenon, also known as global land acquisition, in central and peripheral countries, taking as an example the Mozambican and US experiences as recipients of investments. In order to achieve this objective, an overview of the global process was presented, pointing to the extent of land acquisitions in the context of the quadruple crisis of the early 2000s that affected the energy, climate, finance and food sectors. Subsequently, the data and discussion on the phenomenon in Mozambique are presented, which suffered strong repression from society, especially from the rural social movements that are most affected by Land Grabbing. As for the manifestation of the phenomenon at the center of the international system, research on the acquisition of land by foreigners in the US has been developed, which is already worrying some sectors of US civil society who question investments in agricultural land and fear for the reduction of the country's sovereignty and control of land by non-residents. Finally, the paper presents some final considerations about the analysis of the phenomenon in a peripheral country and in a central country of the system in order to contribute with the reflections about the object studied.

Keywords: Land Grabbing. Global Land Acquisition. Mozambique. United States.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - LAND GRABBING: COMPLEXIDADE E DEBATE EM TORNO DO FENÔMENO	13
1.1 Definição e caracterização do Land Grabbing	13
1.2 Atores envolvidos no processo de Land Grabbing	22
1.3 Efeitos negativos sociais, econômicos e ambientais do fenômeno	24
1.4 Governança global de Land Grabbing	27
1.5 Nova visão sobre o Land Grabbing contemporâneo	28
CAPÍTULO 2 - LAND GRABBING EM MOÇAMBIQUE: EFEITOS SOCIAIS EM UM PAÍS PERIFÉRICO.....	32
2.1 Movimentos sociais e o neoliberalismo: contestação anti-hegemônica nasce no campo	32
2.2 Moçambique e as teias da dependência	35
2.3 Lei de terras: reflexo do desenvolvimento histórico do país	36
2.4 Land Grabbing em Moçambique	40
2.5 Estudo de caso: ProSAVANA	46
CAPÍTULO 3 - LAND GRABBING NOS EUA: UM ENSAIO SOBRE A AQUISIÇÃO GLOBAL DE TERRAS EM PAÍSES CENTRAIS.....	58
3.1 Legislação norte-americana sobre aquisição de terras por estrangeiros	58
3.2 Land Grabbing nos EUA.....	61
3.3 Debate e motivos do avanço do fenômeno no território norte-americano	67
3.4 Reações sociais ao Land Grabbing nos EUA.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

À Maria José L. S. Oliveira e à José Francisco de Oliveira, meus amados pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pois sem Ele, eu nada seria. Agradeço à minha família, sobretudo aos meus pais que sempre trabalharam de forma árdua para me manter estudando frente à todas as dificuldades que permearam esses seis anos de graduação. Agradeço também às minhas irmãs, Thares Santos e Ismerina Oliveira que por vários momentos me auxiliaram na elaboração de trabalhos e me aconselharam sobre os rumos da vida acadêmica. Agradeço enormemente à minha tia e madrinha Egrima Máximo e ao meu tio Amós Máximo por todo o apoio que possibilitou a realização de projetos importantes durante os seis anos do curso. Agradeço de forma especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Thiago Lima, por ter sido um mentor acadêmico excepcional durante a maioria da graduação, por ter sido paciente e sempre presente, sem contar nos inúmeros ensinamentos valiosos que levarei pelo resto da vida. Sou grata ainda pelos professores e funcionários do Departamento de Relações Internacionais que são brilhantes e fazem um excelente trabalho formando cientistas sociais. Agradeço também à Rosenilda Costa e à Raimundo Costa, que mesmo lutando contra um câncer, foram fundamental para minha família durante os anos da graduação. Agradeço também aos meus amigos e à todos que contribuíram, em especial Juliana Silva, por me auxiliarem emocionalmente e em termos logísticos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFIDA	<i>The Agricultural Foreign Investment Disclosure Act</i>
AGRA	Revolução Verde na África
AGU	Advocacia-Geral da União
CFS	Conselho de Segurança Alimentar
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FSA	<i>Farm Service Agency</i>
IED	Investimento Estrangeiro Direto
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique
MBSA	Mali Biocarburant AS
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NCREIF	<i>National Council of Real Estate Investment Fiduciaries</i>
NFFC	<i>National Family Farm Coalition</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PRAI	<i>Principles for Responsive Agricultural Investment that Respects Livelihoods and Resources</i>
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
ProSAVANA	Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Topical de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
UNAC	União Nacional de Camponeses
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1. Land Grabbing e Concentração de Terras em setores Alimentícios e Não-alimentícios.....	19
Tabela 2. Investidores de Terras da América Latina em Países Latino-Americanos	30
Tabela 3. Top 10 dos Principais Investidores em Terras.....	44
Tabela 4. Caracterização Geral do ProSAVANA	46
Tabela 5. Disposições de Terras Agrícolas e Não-agrícolas nos EUA por País do Investidor Estrangeiro.....	64
Tabela 6. Land Grabbing nos EUA e em Moçambique	73

FIGURAS

Figura 1. Acordos de Terras Concluídos em Moçambique	45
Figura 2. Proporção de Terras Agrícolas Estrangeiras Detidas em Todas as Terras Agrícolas de Propriedade Privada nos EUA.....	61

GRÁFICOS

Gráfico 1. Acordos de Terras: Natureza dos Investimentos	20
Gráfico 2. Tendências das Explorações Estrangeiras de Terras Agrícolas por Tipo de Utilização para o período 2005-2015	65

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem o objetivo de analisar as reações sociais ao Land Grabbing, também conhecido como aquisição global de terras, em países centrais e periféricos, a partir da experiência dos EUA e de Moçambique. Ou seja, buscou-se estudar como o fenômeno ocorre em um país rico e em um país pobre, além de se analisar as reações da sociedade e movimentos sociais contra os efeitos negativos causados pelo Land Grabbing.

No contexto da quádrupla crise mundial no início dos anos 2000, que abrangeu os setores energético, climático, financeiro e alimentar, países adotaram uma nova postura no sistema internacional que culminou na aceleração do fenômeno da aquisição de terras em larga escala. O intuito parece ser o de minimizar efeitos de crises futuras ao investir em terras para obtenção de biocombustíveis, alimentos e maiores percentuais lucrativos, inclusive pela especulação imobiliária.

Apesar de se configurar como uma saída para investidores dos países desenvolvidos, os investimentos em terras em larga escala têm causado sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, principalmente nos países pobres. O fenômeno é acelerado principalmente por países desenvolvidos do sistema internacional que compram terras em países periféricos. Dessa forma, há diversos estudos relacionados aos efeitos negativos do Land Grabbing nos países periféricos.

No entanto, a literatura sobre o Land Grabbing traz um aspecto interessante: a ascensão de atores emergentes na nova ordem internacional, como a China e Brasil, que apesar de serem considerados países em desenvolvimento, também atuam de forma considerável na aquisição de terras globais, mostrando que os próprios atores do Sul mantêm relações de exploração uns com os outros e até mesmo com países desenvolvidos (SASSEN, 2013; MARTIN e PALAT, 2014).

A literatura reconhece que o Land Grabbing também pode afetar países desenvolvidos, mas não há estudos aprofundados sobre esses efeitos no centro do sistema internacional. Dessa forma surgiu a necessidade de se verificar como o fenômeno do Land Grabbing atua nos países ricos. A partir daí, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais as diferenças entre os efeitos sociais do Land Grabbing em países centrais e periféricos, a partir da experiência norte-americana e moçambicana?

O objetivo geral para conseguir responder o problema de pesquisa foi analisar o fenômeno do *Land Grabbing* em países centrais e periféricos, a partir da experiência dos EUA e de Moçambique. Escolhemos os EUA por se tratar de um país estratégico para o Brasil, além de ser a maior potência no âmbito internacional. Moçambique, por sua vez, foi escolhido por ser um dos países mais pobres do sistema internacional, além de ter apresentado fortes reações da sociedade contra o fenômeno.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar o processo de *Land Grabbing* em Moçambique; caracterizar o processo de *Land Grabbing* nos EUA; analisar as consequências sociais do *Land Grabbing* nos EUA e em Moçambique. O método utilizado foi o qualitativo, de caráter descritivo e exploratório. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise bibliográfica e documental.

As hipóteses formuladas para responder a tal problema de pesquisa foram três: há diferenças entre os efeitos sociais e reações em países centrais e periféricos devido a diferença no contexto econômico, legal e social no qual os países estão inseridos; populações pobres e vulneráveis de países ricos ou pobres que acabam sofrendo com os efeitos do fenômeno do Land Grabbing; elites em países ricos e pobres se beneficiam e até mesmo incentivam o fenômeno.

A monografia está organizada em três capítulos. O primeiro vai tratar da caracterização do fenômeno do Land Grabbing e busca demonstrar a complexidade e o debate em torno do fenômeno ao apresentar os diferentes atores envolvidos no processo de aquisição global de terras e as diferentes motivações que aceleram o fenômeno. O primeiro capítulo ainda aborda a governança global do Land Grabbing, ao apresentar os três grupos de atores que atuam na regulação do fenômeno para incentivar os investimentos em terras em larga escala, ou para minimizar os efeitos negativos ou para eliminar o fenômeno.

O capítulo dois, por sua vez, realiza um estudo do Land Grabbing em Moçambique a fim de exemplificar como o fenômeno se manifesta em países periféricos. O capítulo argumenta que as reações da sociedade civil e movimentos sociais que se iniciam no setor rural de Moçambique contra megaprojetos de cunho neoliberal que afetam o país estão inseridos em um contexto global de contestação anti-hegemônica contra o neoliberalismo que nasce no campo. O capítulo ainda mostra que a dependência econômica de Moçambique, agravada pelos ajustes estruturais, tornou o país dependente de investimentos estrangeiros diretos, o que avança o Land Grabbing no país pelo fato dos principais investimentos serem direcionados para a aquisição de terras. O capítulo ainda

aborda a problemática da lei de terras no país, além de tentar contribuir com um panorama geral do Land Grabbing em Moçambique e fazer um estudo de caso sobre o ProSAVANA e as reações sociais contra esse projeto de cooperação trilateral.

O terceiro capítulo busca investigar como a aquisição de terras se manifesta nos EUA, principal economia do mundo. O estudo foi desenvolvido de forma limitada devido à ausência de informações aprofundadas sobre os efeitos do Land Grabbing para os norte-americanos. Neste sentido, o objetivo deste capítulo também é dar início à pesquisa e aprofundá-la no âmbito da Pós-Graduação. Dessa forma, aborda-se a legislação que rege a aquisição de terras agrícolas por estrangeiros nos EUA, focando no *The Agricultural Foreign Investment Disclosure Act* (AFIDA) de 1978, além de fornecer um panorama sobre o Land Grabbing nos EUA e sua escala, além de investigar o debate e as reações sociais em torno do fenômeno na sociedade americana.

Por fim, as considerações finais apresentam os resultados da pesquisa de forma geral e contribuem na explicação do fenômeno ao considerar que, seja em países ricos ou pobres, a população rural e mais vulnerável sofre com os efeitos do fenômeno. Em Moçambique há expulsões de famílias de agricultores em larga escala de suas terras. Nos EUA, pequenos agricultores também são forçados a deixar suas terras devido às barreiras colocadas ao crédito e à concorrência imposta aos mesmos pelos investidores estrangeiros, que dificultam o acesso às terras.

CAPÍTULO 1 - LAND GRABBING: COMPLEXIDADE E DEBATE EM TORNO DO FENÔMENO

1.1 Definição e caracterização do Land Grabbing

O capítulo almeja caracterizar o fenômeno atual do Land Grabbing, seus principais efeitos e debates em torno do tema a fim de compreender melhor o fenômeno que demonstra ser complexo. O tema de Land Grabbing se tornou relevante na economia política internacional contemporânea por se intensificar após a quádrupla crise mundial no início do século XXI e causar sérios problemas sociais e, por isso, merece atenção da comunidade acadêmica. Buscamos, dessa forma, apresentar o fenômeno e chamar atenção do mesmo através de uma breve reflexão sobre o tema que abrange não só a economia, mas política, geografia, segurança, dentre outros temas.

Após as crises globais dos anos de 2000, envolvendo a crise energética, climática, alimentar e financeira, o fenômeno do Land Grabbing global chamou atenção do sistema internacional, uma vez que tais crises acarretaram em um aumento substancial na compra de terras (SCHUTTER, 2011; WHITE et al 2012; BORRAS et al, 2013; SOMMERVILLE et al, 2014). Apesar disso, o fenômeno de Land Grabbing possui antecedentes históricos que remontam a era colonial, quando países estrangeiros adquiriram terras em outros locais.

Como observam Lima e Leite (2012), há uma parcela de pesquisadores do fenômeno que considera o Land Grabbing como uma junção de casos isolados ao redor do globo como é o caso de Peluso e Lund (2011). No entanto, outros pesquisadores como Borras et al (2011), Saskia Sassen (2013), consideram o fenômeno como um movimento global integrado.

Antes de enfrentar a laboriosa tarefa de caracterizar o fenômeno e tentar apresentar algumas de suas principais perspectivas, é preciso deixar claro que, dentre muitos outros, o termo Land Grabbing foi escolhido e está sendo utilizado no presente trabalho de forma negativa propositalmente para chamar atenção aos problemas enfrentados com a captura de terras em larga escala que geram ou podem gerar problemas sociais.

Apesar disso, há diversos outros termos usados para se referir ao fenômeno, como expansão de lavouras, grilagem de terras, negócios de terras, ou corrida global de terras¹, que são geralmente utilizados na literatura ou nos discursos públicos. Há ainda o termo aquisição de terras em larga escala, por sua vez, que alguns atores usam com certo eufemismo para incentivar a continuação do investimento em terras (MARGULIS et al, 2013).

É necessário ressaltar ainda que o interesse do presente estudo é em apropriação de terras somente em larga escala e que são feitas por atores privados e estatais estrangeiros. É de nosso interesse também estudar a ação de empresas nacionais que possuem investimento majoritariamente estrangeiros. Preferimos optar por aquisições de terras em larga escala, pois as mesmas são capazes de alterar socialmente o meio de vida de comunidades inteiras e até mesmo de uma sociedade. Neste sentido, a maioria das aquisições em larga escala são feitos por atores estrangeiros que buscam deslocar sua produção devido à diminuição de custos.

O agrupamento em três tipos feito por Oliveira (2010) ajuda a entender melhor o processo de aquisição de terras em meio a tantas denominações:

a) **Compra a antigos proprietários ou posseiros:** neste processo um intermediário entra em contato com o proprietário ou posseiro de determinado lugar, de interesse de um grupo, e propõe a compra do mesmo. [...]

b) **Requisição de terras devolutas aos governos estaduais:** neste processo o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários dos Departamentos de Terras estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir toda a zona cobiçada. [...]

c) **‘Grilagem’:** por intermédio deste processo todos os tipos de fraude são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos. (OLIVEIRA, 2010, p. 10-11)².

Tais grupos demonstram a complexidade do fenômeno e apontam a dificuldade de gerir o fenômeno, devido a ações corruptas daqueles que lucram diretamente ou indiretamente com a aquisição de terras em larga escala.

A seguir veremos algumas definições sobre Land Grabbing e algumas delas são utilizadas de forma estratégica, assim como os termos, e refletem os interesses dos atores que as constroem.

Nesse contexto, podemos introduzir a definição de Land Grabbing para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). De acordo com a

¹ Tradução própria.

² Grifo do autor.

organização, seria considerado um negócio de terras, apenas os acordos que atendessem a três critérios: o primeiro seria que o negócio deveria ser em larga escala, não menos do que 1.000 hectares por negócio; o segundo critério seria haver envolvimento direto de estrangeiros; e o terceiro, por sua vez, seria o fato dos novos investimentos em terras causarem danos alimentares nos países beneficiários (GÓMEZ, 2011 apud BORRAS et al, 2012, p. 403).

A definição da FAO seria considerada limitada, uma vez que não expõe a complexidade do fenômeno e, de acordo com tais critérios, muitos acordos ficariam de fora da análise e outros tipos de investimentos em terras que não necessariamente tenham a ver com o setor alimentar.

Definir o Land Grabbing é uma tarefa desafiadora, uma vez que o fenômeno é extremamente complexo, e uma vez que decorre de vários fatores e alterações econômicas, políticas e ambientais na sociedade internacional, além de envolver atores diversos. Borras et al. (2012), conseguem definir Land Grabbing de forma mais satisfatória, pois engloba muitos aspectos da complexidade do fenômeno:

Em resumo, o land grabbing contemporâneo é a captura do controle de áreas de terra relativamente vastas e outros recursos naturais através de uma variedade de mecanismos e formas envolvendo capital em larga escala que muitas vezes desloca o uso de recursos para o de extração, seja para fins internacionais ou domésticos, como resposta do capital à convergência de crises alimentares, energéticas e financeiras, mitigação das mudanças climáticas imperativas e demandas de recursos de centros mais novos de capital global (BORRAS *et al*, 2012, p. 405).³

No entanto, a definição de Borras et al (2012) não consegue abranger o aspecto geopolítico das questões que envolvem o Land Grabbing. Moyo et al (2012), Sommerville et al (2014) e Margulis (2014), consideram que o Land Grabbing também ocorre por motivações geopolíticas, em que países adquirem terras em outros territórios, por exemplo, para facilitar o acesso a alguma saída estratégica para o mar ou para garantir a soberania ou segurança alimentar de sua população⁴. McMichael (2013), também chama atenção para o aspecto de mudança geopolítica, ao considerar o Land Grabbing “como uma expressão das

³ Tradução própria.

⁴ Lima e Leite (2016) apresentam uma discussão sobre o questionamento da cooperação na ordem econômica internacional, uma vez que os países passaram a desconfiar que os regimes e instituições do comércio internacional não seriam capazes de garantir que os Estados iriam vender alimentos em tempos de crise, adotando uma postura de autossuficiência alimentar.

mudanças coordenadas geopolíticas do regime alimentar no contexto de uma combinação das crises alimentar, energética, financeira e climática.” (McMICHAEL, 2013, p. 48)

White et al, em sua definição sobre Land Grabbing, levantam uma perspectiva da economia política agrária ao considerar o fenômeno como “uma aquisição de terras ou direitos relativos à terras e recursos por entidades corporativas (privadas, públicas ou sem fins lucrativos)”⁵. (WHITE et al, 2012, p. 619)

Diversos autores como, Borras et al (2012), Sassen (2013) e White et al (2012), enfatizam o aspecto de larga escala das aquisições globais, considerando que o Land Grabbing contemporâneo estaria crescendo e sendo realizado em um contexto mais amplo. O fato do fenômeno ocorrer em larga escala também evidencia sua capacidade de gerar alterações estruturais e na sociedade que podem afetar aqueles mais vulneráveis durante e após seu processo.

Para ilustrar a dimensão dos arranjos de terras em larga escala, dados da Oxfam (2011, *apud* MARTIN e PALAT, 2014, p. 129) apontam que cerca de 227 milhões hectares de terras já foram vendidas ou concedidas desde 2001 em meio às práticas de Land Grabbing. De acordo com o site do Land Matrix (2017), atualmente, cerca de 48.898.726 de hectares compõem o tamanho de terras adquiridas por meios de cerca de 1.323 acordos sobre terras até o presente. Apesar de tais dados não serem precisos, os números apontam para o tamanho alarmante do fenômeno, que vêm crescendo de forma acelerada desde os anos 2000.

Numa perspectiva da economia política e de segurança, um fator que pode ser considerado importante para a aquisição de terras em larga escala, foi a decisão dos países em investir em seu próprio abastecimento em resposta à crise alimentar de 2008, quando ocorreram vários embargos às exportações de alimentos. Após os embargos os Estados deixaram de confiar na cooperação da ordem econômica mundial e passaram a produzir seus alimentos, numa tentativa de buscar a segurança alimentar, principalmente em tempos de conflito no sistema internacional. Uma das alternativas desse autoabastecimento foi o controle de terras estrangeiras para produção de bens alimentares e, consequentemente, a prática do Land Grabbing (LIMA e LEITE, 2016).

Essa característica de larga escala do fenômeno também foi possível devido a mudanças econômicas e geopolíticas, como a ascensão de ideias neoliberais na economia política internacional, que levaram a uma alteração no papel do Estado que passou a

⁵ Tradução própria.

valorizar e a buscar investimentos estrangeiros, fazendo com que governos locais criassem facilidades para atrair tais investimentos.

Nesse processo ocorre o que Moyo et al (2012) chama de comodificação da terra, onde um bem considerado fundamental para a vida humana torna-se um produto à mercê das vontades do mercado. Sauer e Leite (2012) também chamam atenção para o perigo de se tratar a terra como uma mercadoria, justamente pelo fato da mesma ser crucial na vida do ser humano e ser local de construção da identidade de comunidades.

A concepção da terra como uma *commoditie* incentiva, juntamente às crises ambientais, alimentares e financeiras, o processo de ‘acumulação por desapropriação’ - termo que ficou famoso e foi criado por David Harvey para se referir a uma espécie de acumulação contemporânea semelhante à acumulação primitiva⁶ definida por Marx. Apesar disso, Moyo et al (2012) preferem a abordagem de Marx, discordando de Harvey em relação ao processo de acumulação de terras.

Outro fator importante ao caracterizar a aquisição de terras no mundo contemporâneo se refere à sua institucionalização, que, mesmo assim, não garante que não haja fraudes ou processos que cause malefícios às populações. O fato de o Estado, de elites locais e organismos internacionais apoiarem o Land Grabbing, faz com que os mais pobres que são afetados pelo fenômeno tenham a sensação de que não são capazes de reagir, ao não ser que seja feito de forma bem articulada e conjunta, o que também seria difícil devido à divisão que há também entre os próprios trabalhadores ou moradores locais alcançados pelas negociações de terras.

Um exemplo de que tal articulação é possível, encontra-se na ação do movimento “Não ao ProSavana” que é uma campanha iniciada em 2013 por organizações moçambicanas contrárias à execução do Projeto de cooperação trilateral entre Japão, Brasil e Moçambique denominado ProSAVANA que visa retoricamente desenvolver o setor agrícola moçambicano, a partir da experiência brasileira. O movimento é referência nos debates sobre o ProSAVANA⁷ por acompanhar de perto as reuniões e realizar denúncias sobre as consequências do projeto (OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL, 2016).

⁶ Acumulação primitiva é um termo cunhado por Marx para se referir ao processo de separação do indivíduo dos meios de produção que dá início ao modo de produção capitalista (MOYO et al, 2012).

⁷ O ProSAVANA será abordado mais profundamente no capítulo que irá tratar das características do Land Grabbing em Moçambique.

O Land Matrix⁸, por sua vez, uma base de dados especificamente para oferecer informações estatísticas sobre o fenômeno do Land Grabbing contemporâneo no Sul Global, traz uma perspectiva mais ampla do fenômeno. De acordo com o Land Matrix, para ser considerado uma aquisição de terras pertinente, é necessário atender os seguintes critérios:

- Implicam transferência de direitos de uso, controle ou terras próprias por meio de venda, arrendamento ou concessão;
- Eles implicam uma conversão de terras usadas por pequenos proprietários ou para fins ambientais para uso comercial em larga escala.
- São 200 hectares ou mais e não foram concluídos antes do ano 2000 quando o índice de preços de alimentos da FAO era menor (LAND MATRIX, 2012 *apud* SASSEN, 2013, p. 30).⁹

A definição do Land Matrix seria mais abrangente do que a utilizada pela FAO, uma vez que a organização considera apenas acordos acima de 1.000 hectares e a base de dados já considera a partir de 200 hectares no acordo. Tal escolha pode ter sido realizada de forma estratégica pela FAO, se a mesma busca incentivar o investimento em terras que pode ser motivado pela influência de ideias neoliberais provenientes de atores centrais do sistema internacional. Um estudo mais aprofundado deveria ser feito para confirmar essa hipótese. A definição também sugere que a causa do aumento dos acordos em terras seria apenas devido à crise alimentar por volta de 2008, no entanto, como veremos posteriormente, há muitas outras motivações que levam à acumulação de terras.

Além disso, ao caracterizar o Land Grabbing, é interessante ressaltar a emergência de culturas flexíveis, ou seja, produção de commodities agrícolas, como a cana-de-açúcar e o milho, servem tanto para alimentação quanto para produção de biocombustíveis, mais especificamente o milho por ser um alimento básico e faz parte da dieta de muitas culturas. Essa flexibilidade possui uma razão estratégica, uma vez que a cana-de-açúcar, por exemplo, pode ser utilizada para produzir Etanol quando o preço deste está elevado no mercado internacional de commodities, como também, pode ser utilizada para produzir

⁸ O Land Matrix é uma iniciativa global e independente responsável pelo monitoramento da terra que busca promover a transparência e *accountability* sobre os investimentos e negociações de terras em larga escala ao redor do mundo. A iniciativa alimenta um site que disponibiliza dados empíricos e estatísticos sobre as negociações envolvendo terras ao redor do mundo. No entanto, pela complexidade do fenômeno, os dados podem não ser totalmente seguros, apesar de permitir uma noção de sua escala.

⁹ Tradução própria.

açúcar quando o preço do alimento está alto no âmbito internacional (BORRAS JR. et al, 2012).

Pode-se dizer que inicialmente o fenômeno teria surgido para que os países pudessem assegurar seu suprimento de bens de primeira necessidade em tempos de crise, no entanto, como o negócio pareceu viável devido às terras mais baratas, às legislações frágeis nos países periféricos, o fenômeno ganhou proporções gigantescas no cenário internacional.

Tais culturas apresentam o caráter, muitas vezes, especulativo do Land Grabbing, uma vez que as commodities agrícolas produzidas são utilizadas de acordo com a oscilação dos preços no mercado internacional. A tabela a seguir mostra alguns exemplos de culturas flexíveis na América Latina:

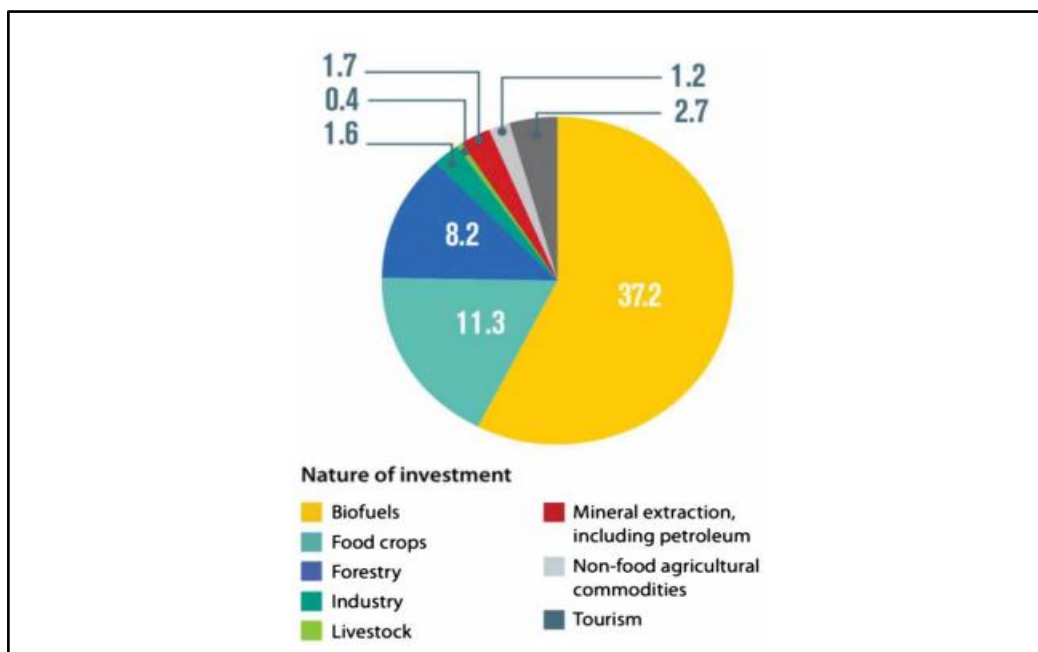
Tabela 1. Land Grabbing e Concentração de Terras em Setores Alimentícios e Não Alimentícios, por País.

Country	Flex crops and other food sectors	Non-food
Argentina	Soya, wheat, livestock, sugarcane, fruit	Tobacco, conservation
Bolivia	Soya, livestock	Forestry
Brazil	Soya, sugarcane, poultry, livestock, fruit	Forestry
Chile	Fruit, dairy, wine, seeds, poultry	Conservation, forestry
Colombia	Oil palm, sugar beets, sugarcane, soya, rice, corn	Forestry
Ecuador	Banana, sugarcane, oil palm	Forestry, minerals
Paraguay	Soya, corn, wheat, livestock	
Peru	Fruits, vegetables, sugarcane, oil palm	Minerals
Uruguay	Soya, dairy, wheat, rice, livestock	Forestry
Mexico	Corn value chain, sugarcane, fruits, coffee	Flowers, barley, tequila, conservation
Costa Rica	Banana, pineapple, oil palm	
Guatemala	Sugarcane, oil palm	Forestry
Nicaragua	Livestock, rice, oil palm, sugarcane, citrus	Tourism, forestry
Panama	Banana, coffee, rice, oil palm	
Dominican Republic	Sugarcane, banana, fruits, vegetables	
Guyana	Sugarcane, livestock, rice, pineapple	Forestry
Trinidad & Tobago	Sugarcane, cacao, fruits	

Fonte: (GÓMEZ, 2011, p. 56 apud BORRAS JR et al, 2012, p. 409).

Como podemos verificar no Gráfico 1, apesar dos investimentos em terras serem majoritariamente direcionados à produção de alimentos e biocombustíveis, o Land Grabbing pode ter investimentos para produção industrial, extração mineral, produtos não alimentícios, como é o caso das flores e até para a promoção de turismo (SASSEN, 2013, p. 31).

Gráfico 1. Acordos de Terras: Natureza dos Investimentos



Fonte: (ANSEEUW et al, 2012, apud SASSEN, 2013, p. 31)

Ao analisar os investimentos, é possível perceber que a prática de Land Grabbing não ocorre apenas pela necessidade de suprir as populações no âmbito alimentar após a crise alimentar de 2008, como é o caso de alguns empreendimentos em terras feitos pelo governo chinês. Outras motivações levam a aquisição de terras em larga escala, como é o caso dos investimentos em commodities não agrícolas. Em adição a isso, ainda há a captura de terras em larga escala para extração de recursos naturais como a extração de petróleo, de água, minerais, pedras preciosas, ou realização de outras atividades, como turismo e os chamados “green grabs” - aquisição de terras em larga escala sob o argumento de recuperação do meio ambiente e reflorestamento.

Essas motivações são confirmadas no caso brasileiro em que terras são passadas para mãos de estrangeiros principalmente por três motivos: a demanda por alimentos para suprir o crescimento populacional, a demanda por agrobiocombustíveis, além do deslocamento da produção para locais de terras mais abundantes e mais baratas (BORRAS et al, 2011 apud SAUER E LEITE, 2012).

No âmbito das motivações que levam ao fenômeno do land grabbing ou a sua promoção, White et al. (2012) elencam sistematicamente seis tendências que incentivam os acordos de terras: a primeira seria a necessidade de segurança alimentar que vem gerando altos investimentos em terras para produção de alimentos.

A segunda tendência seria a necessidade de segurança em relação à combustíveis para o desenvolvimento nacional que leva à aquisição de terras para produção de biocombustíveis. O Relatório Gallagher de 2008 aponta que 500 milhões de hectares de terras a mais seriam utilizadas até 2020, apenas para produção de biocombustíveis (GALLAGHER, 2008, apud BORRAS JR et al, 2010).

De acordo com Borrás Jr et al (2010), apesar da produção de biocombustíveis ser tomada pelos investidores de terras e seus apoiadores como um fator positivo para o meio ambiente, a mesma tem causado efeitos negativos, pois a aquisição de terras em larga escala para produção desse tipo de combustível têm levado ao aumento do desflorestamento e a problemas de economia política agrária quando não consegue abranger todas as pessoas deslocadas ou quando cria empregos com baixos salários e más condições de trabalho. Essa dinâmica no âmbito do trabalho ficou conhecida como a “questão agrária do trabalho”. (WHITE et al, 2012)

A terceira tendência que promove o acúmulo de terras seria as novas ferramentas e mecanismos de “proteção do meio ambiente”. No âmbito dos investimentos em terras, há o fenômeno chamado “Green Grabs” (FAIRHEAD et al, 2012) apud WHITE et al, 2012, p. 629) que seria a aquisição de terras em larga escala para fins ambientais. O Green Grab é geralmente tomado como um ato altruísta por parte dos investidores, no entanto, Borrás Jr. et al (2012) alertam que o mesmo também causa desapropriações, desmatamento, especulação e outros problemas que podem até ter efeitos contrários em relação ao meio ambiente.

O quarto mecanismo de promoção dos acordos de terras seria a construção de infraestruturas extensivas e Zonas Econômicas Especiais, para facilitar o livre comércio entre os atores envolvidos nessas zonas. Esses investimentos levam à expropriação para fins geralmente industriais e comerciais.

O quinto elemento elencado pelos autores se refere à criação de novos mecanismos financeiros que tem a função de reduzir o risco financeiro e elevar os lucros especulativos proveniente da preocupação com a segurança alimentar no futuro. Ao criar meios financeiros que elevem os lucros relacionados aos acordos de terras, há incentivos para a prática do Land Grabbing.

A última tendência que incentiva a aquisição de terras em larga escala seria a emergência de regulamentações no quadro internacional por parte da comunidade

internacional que facilitam empréstimos para tais investimentos, como é o caso do Banco Mundial.

A análise do Land Grabbing, então, nos confirma que as aquisições de terras, principalmente por estrangeiros, não seriam um problema em si, mas sim, a dimensão de tais aquisições. A aquisição de terras em larga escala provoca mudanças estruturais nas sociedades em que ocorre e isso pode alterar o estilo de vida de pequenos produtores e de comunidades inteiras. Ao analisar tais tendências, é possível perceber que o aumento na aquisição global de terras e sua acumulação, seja por qualquer uma das tendências citadas acima, gera diversos problemas no âmbito da economia política agrária, como agravamento das condições de trabalho, problemas ambientais, desapropriações, dentre outros.

Também é possível perceber que tais tendências revelam a multicausalidade do fenômeno e, portanto, sua complexidade, além de confirmar, nesse contexto, a combinação das crises alimentar, energética, financeira e climática, citadas por McMichael (2013) e Borras Jr. et al (2012), para o aprofundamento da tendência de aquisição de terras em larga escala.

Apesar disso, de acordo com Oya (2013) o fenômeno ainda é novo e, apesar de muitos estudos relacionados ao tema, há poucos estudos de caso descritivos-analíticos, o que se torna uma oportunidade para aqueles que tem interesse em minimizar os efeitos negativos desse fenômeno. O autor argumenta que os estudos existentes são geralmente descritivos e focam nos pontos negativos do fenômeno e, talvez, podem apresentar apenas casos particulares em que o Land Grabbing afeta geralmente populações locais. Mesmo assim, é preciso se atentar para o fenômeno, pois se ele ocorre em grande escala, também pode gerar alterações estruturais e sociais significativas.

1.2 Atores envolvidos no processo de Land Grabbing

Os atores envolvidos nesse processo de aquisição de terras são variados e vão desde Estados até empresas transnacionais. Sassen (2013) aponta que entre os principais compradores ou investidores (*grabbers*) de terras no âmbito do Land Grabbing são os Estados ricos do Golfo, a China, Coreia do Sul, países europeus, os Estados Unidos, além de empresas privadas dos mais variados países como a Monsanto e a Cargill.

Ao observar os atores envolvidos é possível notar que é necessário apontar os atores emergentes da nova ordem internacional, como a China e o Brasil, que apesar de serem considerados países em desenvolvimento, atuam de forma considerável na aquisição de terras globais, mostrando que os próprios atores do Sul mantêm relações de exploração uns com os outros. Devido a tais mudanças na distribuição de forças no sistema internacional e outros aspectos contemporâneos, há abordagens sobre o Land Grabbing que o consideram como uma nova forma de colonialismo (SASSEN, 2013; MARTIN e PALAT, 2014), ou como um imperialismo que traz uma nova forma de acumulação primitiva (MOYO *et al* , 2012; WHITE *et al* 2012).

Em relação aos maiores vendedores de terras, Sassen (2013) aponta para os países africanos, entre eles Etiópia, Madagascar, Tanzânia, Sudão, Moçambique, dentre outros. Entre 2010 e 2011, dos cerca de 80 milhões de terras adquiridas com características de Land Grabbing, 50 milhões foram na região africana (MARTIN e PALAT, 2014, p. 129). Esses são os principais alvos dos investimentos estrangeiros em terras devido à disponibilidade de largas quantidades de terras extremamente baratas e à falta de controle estatal. É preciso destacar também que os Estados vendedores de terras, ao buscar financiamento internacional para as dificuldades financeiras, criam mecanismos para facilitar o Land Grabbing em seu próprio território e para isso contam com o apoio das elites locais que tem interesses em tais acordos.

A aquisição de terras globais seria, portanto, uma forma encontrada pelos atores estatais de fugir das crises do sistema, uma vez que a busca por novas terras geralmente envolve a produção de alimentos para consumo ou para produção de biocombustíveis (BORRAS JR *et al*, 2010). Ao produzir alimentos para garantir seu suporte interno, países como a China e os países do Golfo buscam fortalecer sua segurança alimentar, ao passo de que países como a Europa e os EUA buscam fugir de crises energéticas, ao adquirir terras para produção de biocombustíveis.

Apesar dos Estados que cedem suas terras serem considerados vítimas do Land Grabbing, verificou-se na literatura sobre o tema que os próprios Estados é que autorizam essa aquisição de terras ao criar aparatos institucionais para transferência da posse das terras. Isso ocorre devido a nova ordem mundial, que deu lugar a novos atores como China, Brasil e Índia que são fortes no cenário internacional, mas ainda possuem problemas de desenvolvimento. O Brasil, aparece como exemplo de dualidade em relação a sua atuação no Land Grabbing, uma vez que o mesmo é alvo de investidores e especuladores de terras,

ao mesmo tempo que realiza aquisição de terras no continente africano e na América Latina.

O Land Grabbing contemporâneo seria então, uma forma de alimentar a desmontagem do território nacional (SASSEN, 2013), e é feito com a autorização do próprio Estado, como é o caso de países africanos que buscam atrair capital estrangeiro e criam mecanismos legais para vendas dessas terras, além disso, o Brasil também é ator central nesse sentido, pois também cria mecanismos formais tanto para atrair capital estrangeiro para investimento em terras, quanto, também, cria limitações para esses investimentos.

É importante ressaltar também, a importância dos atores privados, que no âmbito das crises alimentares e climáticas, enxergam o investimento em terras como uma fonte de lucros e passam a se inserir no processo de Land Grabbing.

Ainda no âmbito dos atores, há outros importantes que participam indiretamente do processo de Land Grabbing, como organizações internacionais multilaterais e a sociedade civil. Vale destacar a atuação do Banco Mundial e o FMI, que constantemente incentivam a prática de aquisição de terras por meio de recomendações e participação na governança global do fenômeno (MARGULIS E PORTER, 2013; MARGULIS et al, 2013). No entanto, sua atuação é deficiente no tocante à preocupação com os impactos negativos do fenômeno nas populações mais vulneráveis. A sociedade civil, como ONGs e movimentos sociais possuem papel fundamental no processo de Land Grabbing, ao chamar a atenção internacional para casos de violação dos direitos humanos nos processos de aquisição de terras, além de atuar no âmbito da governança do fenômeno, para tentar minimizar os efeitos negativos.

1.3 Efeitos negativos sociais, econômicos e ambientais do fenômeno

O fenômeno se tornou famoso, em grande medida, devido a seus efeitos negativos, pois os acordos sobre terras geralmente negligenciam as populações locais que terão suas vidas afetadas totalmente pela prática do Land Grabbing. No âmbito desses problemas, as ONGs internacionais e movimentos sociais denunciam esses abusos para tentar minimizar as práticas negativas de Land Grabbing ou até mesmo para acabar totalmente com o fenômeno.

De acordo com a revisão de literatura realizada neste trabalho, o principal efeito negativo seriam os deslocamento de populações, em que comunidades inteiras podem ser expulsas ou realocadas - vale lembrar que em alguns casos, parte da população permanece para trabalhar na própria terra geralmente como assalariado da empresa investidora- de suas terras para dar lugar a produção de alimentos em larga escala e a outros tipos de investimentos, como é o caso de aquisição para produção de biocombustíveis, para exploração de petróleo ou até mesmo turismo (SASSEN, 2013). Geralmente, há o argumento de que as terras vendidas são inutilizadas, no entanto, há populações vivendo nelas e os locais ao qual essas comunidades são expulsas ou realocadas, geralmente não possui os recursos necessários ou são zonas áridas. Comunidades indígenas ou de comunidades nativas, também sofrem com essas mudanças, uma vez que tem que deixar suas terras comunitárias que possuem os recursos para a sua sobrevivência (SOUSA, 2017).

A concentração de terras também aparece como um efeito negativo do fenômeno, uma vez que diminui o acesso a este bem por parte de pequenos produtores e aumenta o problema da desigualdade social. Apesar de alguns sistemas legais, como é o caso do brasileiro com o Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) em 2010, que limita a aquisição de terras por estrangeiros no país, há muitos acordos que ocorrem de forma fraudulenta para permitir a compra de largas faixas de terras (OLIVEIRA, 2010; SAUER E LEITE, 2012; CLEMENTS E FERNANDES, 2013; LIMA E LEITE, 2016).

Outro problema frequentemente mencionado no levantamento bibliográfico realizado para este trabalho são os impactos ambientais, uma vez que o Land Grabbing prevê devastação de áreas ambientais, além de causar danos a natureza, ao devastar áreas que antes eram arborizadas e ao inserir no solo materiais químicos que podem danificar sua produtividade a longo prazo (SCHUTTER, 2011).

Um problema causado pelo Land Grabbing é a questão da exploração trabalhista dos indivíduos que permanecem na terra para trabalhar para as novas empresas instaladas. O Land Grabbing acaba transformado camponeses em trabalhadores assalariados e isso tende a gerar problemas, como a exploração do trabalhador, más condições de trabalho e baixos salários (MARTIN e PALAT, 2014; WHITE et al, 2012; SCHUTTER, 2011).

Denúncias apontam que os salários pagos aos trabalhadores os deixam em níveis de subsistência, além disso, há o problema do trabalho infantil, pois como muitas vezes o salário pago é extremamente baixo, as crianças acabam por participar deste processo. Martin e Palat (2014), ilustram esse problema:

Nos campos de palma de Karuturi na Etiópia, a Ethiopian Review informou que o salário diário era de cerca de US \$ 0,70 e que as crianças eram freqüentemente empregadas. Enquanto isso, a Confederação dos Sindicatos da Etiópia acusou as empresas chinesas e indianas de violarem as leis trabalhistas ao proibir seus empregados de formar sindicatos (ROWDEN, 2011, p. 22 *apud* MARTIN e PALAT, 2014, p. 131).

Outro fator que merece atenção em relação aos efeitos negativos do Land Grabbing é a elevação dos preços das terras nos locais em que as empresas privadas ou Estados realizam os acordos. Os *grabbers* buscam controlar terras de países estrangeiros que sejam abundantes e baratas, como é o caso da América Latina e da África Subsaariana que atraem a maioria dos acordos de terras. No entanto, quando iniciam os acordos, os proprietários locais de terras tendem a elevar o preço do produto, fazendo com que o acesso a esse meio de produção se torne mais difícil, principalmente para pequenos produtores (SAUER E LEITE, 2012; CLEMENTS E FERNANDES, 2013).

Apesar dos efeitos negativos, os defensores do investimento privado de terras em larga escala argumentam que o fenômeno pode ajudar a levar industrialização e desenvolvimento para o meio rural, além de gerar empregos para populações e fornecer maior segurança alimentar, pois parte das populações das regiões compradas, estariam sofrendo com a falta de alimentos (ARAGÃO, 2017). Até mesmo atores da sociedade civil e comunidades também já se manifestaram a favor da aquisição de terras, que pode trazer benefícios em alguns casos (ARAGÃO, 2017). No entanto, tais benefícios só podem ser alcançados com uma alteração na governança global do fenômeno, na medida em que a atual ainda permite que os alimentos produzidos sejam exportados, que os empregos gerados sejam com baixos salários e baixas condições de trabalho e que a industrialização trazida afete o meio ambiente.

Outro aspecto a se levar em consideração com a aquisição de terras em larga escala é o fato de que esse fenômeno acaba por causar alterações na estrutura agrária das regiões em que ocorre, uma vez que os pequenos produtores passam a não mais ter acesso à terra e acabam desaparecendo (WHITE et al, 2012). Esse problema também pode afetar a diversidade na produção de alimentos, uma vez que aqueles produzidos pelo agronegócio geralmente são monoculturas.

1.4 Governança global de Land Grabbing

Apesar de só chamar atenção da sociedade internacional no início do século XXI, sobretudo dos estudiosos e ONGs internacionais, é importante destacar que o Land Grabbing é uma prática antiga em que terras de determinada região são capturadas por atores estrangeiros, que podem ser Estados ou empresas. Na era colonial, havia essa busca por terras em regiões mais vulneráveis, no entanto, o Land Grabbing atual é apresentado como um novo colonialismo, seria controlado pela ação do Estado que autoriza essa aquisição de terras. Portanto, a diferença entre a aquisição de terras em outros estágios e a contemporânea, seria o aspecto formal dessa captura das terras (SASSEN, 2013; MARTIN e PALAT, 2014).

No âmbito da Governança Global do Land Grabbing, destacam-se dois instrumentos regulatórios principais: o PRAI (*Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects, Livelihoods, and Resources*) e o Voluntary Guidelines (*Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security*).

O primeiro marco regulatório tem o objetivo de incentivar o investimento privado em agricultura e realçar a viabilidade comercial desses investimentos ao reduzir os riscos para este tipo de investimento, no entanto, falha ao limitar a participação da sociedade civil na adoção e formulação dos princípios (MARGULIS e PORTER, 2013, p. 74).

Esse instrumento é problemático, pois incentiva a transformação da terra em uma *commodity* para o mercado internacional e está ligado aos interesses dos atores privados, ao FMI e ao Banco Mundial (SASSEN, 2013; SCHUTTER, 2011). Além disso, pode afetar a soberania do território estatal, que com arranjos legais, transfere parte de sua soberania sobre seu território para as mãos de estrangeiros.

De acordo com Margulis e Porter (2013), o segundo instrumento, por sua vez, é uma ferramenta utilizada pela sociedade civil busca para garantir o benefício do Land Grabbing a todos, se preocupando com as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas. Ao contrário do primeiro instrumento, o *Voluntary Guidelines*, possui uma maior participação da sociedade civil que é realizada no âmbito do Conselho Para Segurança Alimentar (CFS).

Por isso, pode se considerar que os atores que almejam a intensificação do Land Grabbing, como empresas privadas, atores centrais e organizações como FMI e Banco Mundial atuam no âmbito do PRAI e aqueles que almejam diminuir os efeitos negativos do

fenômeno, a fim de adequar as práticas da aquisição de terras aos interesses também das populações locais, como é o caso da sociedade civil representada por ONGs e movimentos sociais, atuam no âmbito do CFS.

Dessa forma, a governança global do fenômeno, aqui entendida como os âmbitos de regulação do Land Grabbing, apresentam três grupos de atores: aqueles que regulam para incentivar o fenômeno como o FMI e o Banco mundial; o segundo grupo seriam os atores que regulam para minimizar os efeitos negativos, como aqueles que atuam no âmbito do CFS; por fim, os mais radicais que regulam para extinguir o fenômeno como é o caso da Via Campesina que é abertamente contra o fenômeno devido aos seus efeitos negativos (MARGULIS e PORTER, 2013).

Schutter (2011) argumenta que ainda há uma grande lacuna na governança global. Tal lacuna pode afetar aqueles que são mais vulneráveis aos efeitos locais do Land Grabbing. É nesse contexto que a recomendação de Margulis e Porter (2013) seria útil: é necessário que a sociedade civil utilize do aparato de governança do fenômeno para atrair benefícios a favor também das populações locais, além de tentar criar regras que minimizem os efeitos negativos, ao invés de querer eliminar a prática de Land Grabbing que seria muito mais difícil.

McMichael (2013) é mais radical e propõe o fim da aquisição de terras estrangeiras, por considerar a prática do Land Grabbing como negativa para as sociedades em que ocorre. Os prejuízos econômicos, sociais e ambientais trazidos pelo fenômeno seriam tão danosos que as promessas de segurança alimentar ou desenvolvimento tecnológico não superariam tais danos.

1.5 Nova visão sobre o Land Grabbing contemporâneo

Vimos que o fenômeno do Land Grabbing é extremamente complexo, devido a diversidade de atores envolvidos, as várias formas de governança do mesmo e as diversas motivações que levam ao acontecimento do mesmo. É necessário frisar ainda os impactos negativos do Land Grabbing que está afetando a vida de milhões de pessoas ao longo do mundo, apesar de ainda haver poucos dados sobre o tema. Somente compreendendo melhor o fenômeno, suas consequências negativas e os mecanismos envolvidos, podemos encontrar os meios para minimizar esses efeitos negativos e criar formas para que o

investimento em terras seja benéfico para todas as partes envolvidas e não só para as empresas e as elites dos Estados receptores.

Para compreender melhor o fenômeno do Land Grabbing pode-se considerar o que ele não é, ou seja, muito se explica da complexidade do fenômeno ao abordar os equívocos que geralmente são cometidos quando se referem ao processo de aquisição de terras em larga escala. Por ser um fenômeno muito complexo, que envolve diversos atores, diversas causas e efeitos, é comum que pesquisadores se equivoquem ao classificar o Land Grabbing, geralmente apenas enfatizando os aspectos negativos. Borrás *et al* (2012) elenca sistematicamente sete considerações sobre o Land Grabbing que são conferidas ao fenômeno de forma equivocada, na intenção de expor a complexidade do fenômeno. O mesmo caracteriza esses problemas em relação à América Latina, no entanto, afirma que tais características podem ser aplicadas ao Land Grabbing em todas as regiões. A seguir apresentam-se sete equívocos comuns em relação ao fenômeno e suas características reais.

A primeira é de que o fenômeno geralmente é considerado como estrangeirização de terras, no entanto, atores nacionais e empresas nacionais auxiliam na prática de Land Grabbing e muitas vezes não são inseridos na narrativa. Nesse sentido, empresas nacionais que possuem maioria de capital estrangeiro facilitam a passagem de terras para mãos de estrangeiros. As elites locais dos países que recebem os investimentos em terras e têm suas terras griladas também participam desse processo.

Outro equívoco frequente é considerar que a prática de Land Grabbing iniciou após a crise de 2008. Como vimos anteriormente, o Land Grabbing ocorre devido a diferentes motivos, por isso, pode ser considerado como um fenômeno antigo que vem desde a era colonial, mas que adquiriu novos aspectos como a aquisição formal de terras na era contemporânea. Por isso, alguns autores como Martin e Palat (2014) e Sousa (2017) o consideram como uma nova forma de colonialismo. No entanto, o mesmo se intensificou após a crise, devido a denúncias de ONGs e movimentos sociais preocupados com seus efeitos negativos.

O terceiro equívoco seria considerar que a acumulação de terras e sua estrangeirização ocorre no setor alimentício. No entanto, como vimos, há diversos tipos de investimentos que dão origem à aquisição de terras, como investimento em biocombustíveis, flores, turismo, dentre outros.

O quarto equívoco é que os pesquisadores tendem a considerar os investimentos de larga escala em terras como dirigidos principalmente por potências centrais, no entanto, às

vezes a aquisição da terra é feita pelos próprios países vizinhos, como é o caso do Brasil e de empresas brasileiras que investem em terras na América Latina em países como Bolívia, Colômbia, Paraguai. A tabela a seguir ilustra essa tendência:

Tabela 2. Investidores de terras da América Latina em Países Latino-Americanos Seleccionados

Country of origin of regional investors	Countries where investors are active
Argentina	Brazil, Uruguay, Paraguay
Brazil	Bolivia, Colombia, Paraguay, Uruguay, Chile
Chile	Argentina, Brazil, Uruguay, Colombia, Ecuador, Peru
Colombia	Bolivia, Peru
Panama	Brazil, Argentina, Paraguay
Mexico	Nicaragua, Guatemala
Costa Rica	Nicaragua, Guatemala

Fonte: (GÓMEZ, 2011 *apud* BORRAS *et al*, 2012)

O quinto equívoco seria relacionado ao fato de que Land Grabbing só envolveria a compra de terras. No entanto, envolve também a concessão, que seria uma forma pior, pois reduz o capital atraído, além de esquemas de contrato de fazendas.

Esse último é visto por Schutter (2011), como uma forma em que o Land Grabbing e o investimento em terras poderia trazer benefícios para o desenvolvimento da agricultura local, em que a empresa contrataria cooperativas de pequenos agricultores, ajudando os mesmos a se desenvolver, e não trazendo mais concorrência para esses pequenos agricultores que tendem a desaparecer quando empresas internacionais chegam e colocam preços mais baixos no mercado. Além disso, seria uma forma de auxiliar o desenvolvimento tecnológico dos pequenos agricultores que não tem acesso à tecnologia.

Um exemplo dessa parceria entre empresas e cooperativas locais ocorreu no Mali quando a Mali Biocarburant SA (MBSA) - empresa apoiada pelo capital holandês - fez parceria com cooperativas de agricultores locais para a produção de biodiesel a partir do pião manso. A empresa comprou apenas uma pequena quantidade de terra para instalação da fábrica que processaria a planta (SCHUTTER, 2011). Nesse caso, a aquisição não ocorreu em larga escala e evitou muitos dos problemas que vimos anteriormente gerados pelo Land Grabbing.

O sexto equívoco seria considerar o Estado que teve sua terra capturada como uma vítima, no entanto, os próprios estados que atraem esses investimentos e alguns têm papéis

contraditórios como vimos no caso brasileiro, em que o mesmo facilita a acumulação de capital e mantém um nível mínimo de legitimidade política.

O sétimo e último equívoco seria considerar que o Land Grabbing só traria efeitos negativos e que as comunidades locais são sempre vítimas e os investidores são sempre os “caras maus” da história. Na verdade, o Land Grabbing desperta diferentes reações e muitas vezes, atores como comunidades se colocam a favor devido criação de empregos ou outras motivações, apesar do argumento de criação de empregos muitas vezes ser derrubado devido às más condições de trabalho que vem junto com eles.

CAPÍTULO 2 - LAND GRABBING EM MOÇAMBIQUE: EFEITOS SOCIAIS EM UM PAÍS PERIFÉRICO

2.1 Movimentos sociais e o neoliberalismo: contestação anti-hegemônica nasce no campo

O presente capítulo busca analisar o Land Grabbing em Moçambique e as reações sociais referentes ao fenômeno. Moçambique foi escolhido por ser um dos países mais pobres do sistema internacional e apresentar fortes revoltas contra o fenômeno da aquisição de terras em larga escala. O caso da articulação da sociedade civil e dos movimentos sociais contra megaprojetos de cooperação que se apropriam de terras em larga escala no país e expulsam moradores, além de causar problemas econômicos e ambientais, pode ser considerado como um exemplo ressurgimento de movimentos sociais dos anos 1990 que se opõem ao neoliberalismo. O neoliberalismo aqui entendido como uma nova fase de acumulação capitalista.

No entanto, apesar da articulação em Moçambique acabar se opondo aos megaprojetos em alguns casos por não conseguir que suas reivindicações sejam atendidas, a sociedade civil e os movimentos sociais buscaram primariamente dialogar com a ordem vigente o que não configura uma oposição de fato ao neoliberalismo, uma vez que a população ainda acredita na retórica capitalista de desenvolvimento por não possuir conhecimento tão profundo de seu funcionamento.

Na década de 1990, há o ressurgimento de movimentos sociais em resposta aos ajustes estruturais propostos pelo neoliberalismo. O neoliberalismo representado pela eufemística globalização enfrentava o início do que seria o núcleo de oposição ao fenômeno e o mais importante meio de reforma democrática e da política à nível nacional e internacional (YEROS e MOYO, 2005). As vítimas feitas pelo neoliberalismo, principalmente na periferia, fizeram com que houvesse lutas sociais contra as políticas de austeridade e abertura econômica que afetou em grande medida os países pobres e em desenvolvimento do sistema internacional, sobretudo aqueles que vivem em nível de subsistência no campo.

Paris Yeros e Sam Moyo (2005) abordam as questões agrárias contemporâneas na economia política internacional e a política dos movimentos sociais que ressurgem na América Latina, África e Ásia, frente aos desafios levantados pelo neoliberalismo que é hegemônico nesse contexto, ou imperialismo como preferido pelos autores. Yeros e Moyo

(2005) explicam que o imperialismo traz novos desafios às questões agrárias e à reprodução social no sistema internacional, sobretudo o problema da reforma agrária e da consolidação nacional, uma vez que a liberalização e os ajustes estruturais jogam para escanteio os camponeses. Nesse contexto de opressão neoliberal, que ocorre tanto na cidade, quanto no campo, é deste último e através dos movimentos sociais que surge as iniciativas de oposição à nova forma de manifestação do capitalismo que é o neoliberalismo.

No entanto, do ponto de vista teórico, os autores diferenciam os movimentos rurais contemporâneos ao apontar mudanças socioeconômicas na periferia com o advento do neoliberalismo e ao caracterizar tais movimentos. Os novos movimentos têm como base social os semi-proletariado que pode ser considerado como camponeses que estão entre o meio rural-urbano que tiram seu sustento da pequena produção agrícola, ao passo que também são obrigados a vender sua mão-de-obra realizando serviços não-rurais. Outra característica marcante desse semi-proletariado é a presença de intelectuais gestados no próprio seio dos movimentos.

No âmbito tático, as principais ações utilizadas pelos movimentos rurais são as ocupações de terras, mas em alguns casos como os zapatistas no México e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o uso de armas foi utilizado na busca por direitos referentes às terras. Do ponto de vista ideológico, esses movimentos são influenciados pelo marxismo e estão iniciando sua consciência quanto a questões de gênero e ambientais. No âmbito estratégico buscam ser independentes dos Estados e dos partidos políticos. A última característica desses novos movimentos rurais elencada pelos autores está relacionada à sua capacidade cosmopolita, uma vez que as uniões de fazendeiros e camponeses se reúnem em fóruns internacionais para discutir questões agrárias e de terras (YEROS e MOYO, 2005).

Os autores concluem, que apesar da forte repressão e dos problemas de organização, dentre outros desafios, os movimentos rurais têm obtido relativo sucesso em suas causas, como foi o caso dos direitos sobre a terra conquistados no Zimbábue com o auxílio do Estado, e dessa forma esses movimentos se configuram como líderes de mudanças progressistas anti-neoliberais. Assim como em países latino-americanos e asiáticos, Moçambique também se encaixa nessa análise de economia política apresentadas pelos autores. A pesquisa empírica realizada por Aragão (2017) e Souza (2017) sobre o fenômeno do Land Grabbing em Moçambique destacam o protagonismo dos movimentos

rurais no combate ao Land Grabbing, corroborando o argumento de Yeros e Moyo. No entanto, Aragão (2017) vai mais além, ao entrar na questão da articulação da sociedade civil, ao apresentar as estratégias de tais movimentos que se aliam a ONGs internacionais dos próprios países engajados no ProSAVANA.

Bernstein (2005) e Vieira (2008), embora por perspectivas diferentes, corroboram os argumentos de Paris Yeros e Sam Moyo (2005) ao argumentarem que o surgimento de movimento sociais, articulação da sociedade civil e movimentos de ações coletivas surgem com mais força na década de 1990, em resposta às mazelas trazidas por ajustes estruturais provocados pela hedge do neoliberalismo.

De acordo com Bernstein (2005), que trata do surgimento de movimentos sociais mais especificamente na África, há a intensificação de conflitos envolvendo terras em resposta a uma crise de reprodução social no continente. Dessa forma, comunidades tradicionais tentam resistir a expropriações de terras em larga escala que geralmente são realizadas pelos Estados em nome de megaprojetos caracterizados retoricamente como desenvolvimentistas que envolvem agronegócio, mineração e silvicultura na maioria dos casos.

Vieira (2008), por sua vez, coloca que movimentos sociais surgem paralelamente à formação de uma sociedade civil global, que segundo Vieira (2008) seria uma globalização feita “de baixo”, em que as classes menos favorecidas se internacionalizam. As principais formas de articulação dessa sociedade civil seriam as conferências da ONU na década de 1990.

Os exemplos de movimentos contra o neoliberalismo citados pela autora são a campanha pela anulação da dívida externa no ano de 1996, a campanha sobre a OMC, que buscava combater a expansão dos acordos de comércio para áreas como patentes culturais e genéticas, além da campanha mundial contra os transgênicos (VIEIRA, 2008). Essas campanhas mostram que não somente no campo se levantam forças de resistência contra o neoliberalismo, porém, no campo elas se tornam mais efetivas, pois alcançam mudanças radicais como a reforma agrária.

Os casos mais famosos dessa oposição dos movimentos sociais no campo encontram-se na América Latina, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, os Zapatistas no México e as FARC na Colômbia. No entanto, também ressurgem movimentos semelhantes na África como foi o caso da reforma agrária feita por meio da alavancagem nos direitos de propriedade agrária no Zimbábue, considerado como bem

sucedido, além das revoltas contra megaprojetos de cunho neoliberal em Moçambique (YEROS e MOYO, 2005).

2.2 Moçambique e as teias da dependência

Moçambique pode ser considerado então como vítima dos ajustes neoliberais que levam revoltas que partem do campo. Por ser um país pobre e ter passado por três guerras civis violentas, o país resolveu adotar os ajustes neoliberais por ser dependente dos investimentos estrangeiros. O contexto estrutural neoliberal fez com que Moçambique se abrisse aos investimentos estrangeiros em terras, ficando vulnerável ao fenômeno do Land Grabbing que se apropriou de largas escalas de terras agricultáveis do país, causando sérios problemas sociais.

Para demonstrar tal dependência se faz necessário analisar alguns dados macroeconômicos do contexto do Land Grabbing em Moçambique que confirmam a necessidade do país de atrair os investimentos estrangeiros. Apesar de apresentar sucesso nos indicadores econômicos em 2005 - como crescimento do PIB crescimento de 8% e a diminuição da inflação - que, de acordo com o FMI seriam devido às medidas macroeconômicas implantadas pelo país, Moçambique volta a ter dificuldades econômicas em 2009 que marca o início das negociações do ProSAVANA (FMI, 2009).

No ano de 2009, o FMI reportou que Moçambique apresentava uma tendência de que a dívida externa e o serviço da dívida cresçam em relação ao PIB, às exportações e às receitas, apesar do baixo risco endividamento. O FMI previa uma queda de quase 30% nas exportações, além de uma variação negativa das reservas de dólares internacionais.

Todos esses fatores levaram a uma restrição do crédito internacional, por não ser um pagador confiável, fazendo com que haja necessidade de atrair investimentos estrangeiros para continuar o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a atração de investimentos estrangeiros como um dos cânones neoliberais, aliado ao fomento da Revolução Verde na África baseada na agricultura de larga escala facilita o Land Grabbing em Moçambique.

Em 2017, o problema econômico é ainda mais alarmante, uma vez que a dívida do setor público chegou a 112% do PIB e a tendência é crescer. A dívida do setor público externo seria responsável por 85,2% do PIB, enquanto que o setor público doméstico abrange cerca de 26,7% do PIB. Em termos absolutos, a dívida pública externa de

Moçambique chegou a 13.413 milhões de dólares em 2018 e é considerada pelo FMI como insustentável (FMI, 2018).

O fato da dívida ser insustentável e as reservas líquidas interacionais de dólares serem extremamente baixas, cerca de 2.573 dólares em 2018, que tornam ainda mais inviável o pagamento da dívida, faz com que o país não tenha acesso à crédito e se torne dependente dos investimentos estrangeiros diretos. As exportações comerciais de mercadorias também não conferem receita ao governo, piorando o problema da dívida e do desenvolvimento do país. As taxas de mudanças nas exportações de mercadorias em 2018 chegaram a 18,1%. Porém, sem levar em conta nessa variação os megaprojetos, a variação foi de apenas 7,5%, além do fato de que as taxas de variação das exportações nos anos predecessores foram negativas.

Sem alternativas para aquisição de receita, a estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo de Moçambique é atrair o investimento estrangeiro direto, principalmente no setor agrícola devido às particularidades das terras no país. De acordo com dados do FMI, o IED em Moçambique no ano de 2016 equivale a 27,8% do PIB, as projeções para 2017 e 2018 são cerca de 12% do PIB e em 2019 32,8% (FMI, 2018). Ou seja, a principal fonte de renda do país tende a ser os IED, o que demonstra a continuidade da abertura comercial do país.

A tendência das projeções do FMI é que a dívida cresça, as reservas diminuam e o país continuará dependente deste investimento estrangeiro e das consequências adjacentes o que pode significar a continuidade de atração ou aceitação de megaprojetos que aceleram o Land Grabbing ao se apropriar de largas faixas de terras moçambicanas.

2.3 Lei de terras: reflexo do desenvolvimento histórico do país

Um fator importante no contexto moçambicano, principalmente nos estudos sobre Land Grabbing, é o fato da terra no país ser propriedade do Estado. Isso se deve aos resquícios do passado socialista experimentado pelo país. A lei de terras de Moçambique é considerada avançada e progressista no âmbito legal para um país subdesenvolvido, apesar disso, possui diversas falhas, conforme apresentaremos nesta seção, o que facilita a ação das aquisições de terras em larga escala no país. A literatura especializada aborda os principais elementos da lei, seus problemas e as ilegalidades que ocorrem mesmo com a existência dela.

A primeira versão da lei de terras de Moçambique data de 1979, no contexto da libertação nacional do Estado Português que ocorreu em 1975, após uma guerra de libertação violenta, que seria apenas o início de uma sequência de 3 guerras civis violentas. A primeira guerra que eclodiu no país foi a de libertação que durou cerca de 10 anos e foi de 1964 a 1974. A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi o único movimento de libertação do país que assinou o acordo de paz em 1974, levando à independência no ano de 1975. FRELIMO era considerada inicialmente como um movimento de base socialista e veio a se tornar o Partido FRELIMO (HANLON, 2010).

A paz no país durou pouco tempo e alguns anos após a frágil independência moçambicana, eclodiu a segunda guerra envolvendo o país que vai de 1976 a 1980 e é conhecida com a Guerra da Rodésia. A Rodésia foi um país vizinho de Moçambique, assim como a África do Sul, onde ambos os países eram regulados por governos de minoria branca. Segundo Hanlon (2010), durante a guerra de independência da Rodésia, o governo deste país atacou Moçambique em 1976 que respondeu com sanções. Insatisfeita com as sanções, o governo do país criou uma força de guerrilha denominada RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) para fazer oposição ao governo da FRELIMO dentro de Moçambique.

Em 1981, houve uma continuação e intensificação do conflito dentro de Moçambique. Inicia-se, assim, a terceira guerra civil que vai de 1981 a 1992. Em um contexto de Guerra Fria, a RENAMO foi rapidamente apoiada pela África do Sul e pelo governo Britânico e era considerada como uma força de contenção da ameaça comunista dentro do país. O apoio militar da África do Sul e de países centrais capitalistas oferecido na Guerra da Rodésia tornou o conflito bastante violento na região (HANLON, 2010).

O acordo de paz só foi assinado em 4 de outubro de 1992 em Roma pela RENAMO e pelo governo moçambicano, após a morte de cerca de 1 milhão de mortos e um prejuízo na casa dos 20 bilhões de dólares. O acordo estabelecia a legitimidade do governo da FRELIMO, apesar de apoiar a RENAMO como um partido político e estabelecer novas eleições sob o monitoramento da ONU em 1994.

No contexto político e social de revolução Moçambique elabora a lei de terras de 1997 que vigora no país até então e é considerada como um código jurídico avançado e ter contado com a participação de diversos setores da sociedade no âmbito de sua formulação. A segunda versão da lei de terras estabelece que a terra é propriedade do Estado e o que garante o direito de uso e aproveitamento das terras é principalmente o direito costumeiro,

o que reflete o passado socialista do país, apesar de atualmente o país seguir as aspirações capitalistas. A lei ainda proíbe a hipoteca, penhora ou venda de terras, porém, permite a concessão de títulos por parte do Estado por longos períodos de tempo e a preços muito baixos, o que torna-se de certa forma uma contradição e favorece a especulação fundiária (ARAGÃO, 2017).

Aragão (2017) explica que apesar do direito costumeiro garantir o uso e aproveitamento da terra, o governo também pode oferecer títulos que garantem esse direito. Os títulos conhecidos como DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) possuem três modalidades pela qual se pode obter tal título: ocupação por indivíduos ou grupo de pessoas locais de acordo com o direito costumeiro ocupação por pessoas que desejam utilizam a terra de boa fé por pelo anos 10 anos; por fim, autorização pelo Estado de pessoas ou grupo de pessoas de acordo com a lei (FAIRBAIRN, 2013; OAKLAND INSTITUTE, 2011; SOUSA, 2017 ARAGÃO, 2017).

Um fator relevante se trata de que única forma de um estrangeiro conseguir uma DUAT em Moçambique é pela alocação do Estado e é necessário se submeter ao governo uma proposta de investimento para o Centro de Promoção de Investimentos (CPI), além de fazer o requerimento da terra no Diretório Nacional para Terras e Florestas¹⁰ e realização de consulta popular (FAIRBAIRN, 2013; OAKLAND INSTITUTE, 2011; SOUSA, 2017).

A lei explicita que são necessários cerca de 8 passos que regem o procedimento de obtenção da autorização por parte do Estado: o primeiro seria o preenchimento dos formulários; o segundo consiste na apresentação do esboço da localização do terreno; o terceiro passo seria o plano de exploração para atividades econômicas; o quarto trata-se da ata de consulta as comunidades, que geralmente ocorre de forma inadequada, pois não se utiliza uma linguagem simples para com os consultados, desconsidera a opinião de camponeses e às vezes são permeados por falsas promessas o quinto passo consiste na apresentação do comprovante de pagamento da taxa anual (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2017 apud ARAGÃO, 2017).

Caso o requerente passe pelos primeiros cinco passos, inicia-se o processo final de autorização onde há a emissão de autorização provisória de no máximo cinco anos para nacionais e dois anos para estrangeiros como sexto passo; o sétimo passo, que também pode ocorrer durante o sexto, trata-se da fiscalização da realização do empreendimento que consiste no cumprimento do plano de exploração por fim, há a autorização definitiva da

¹⁰ Tradução própria.

DUAT e ocorre a emissão do título da terra. Em caso de descumprimento do plano de exploração, pode haver a revogação do DUAT (Ibidem, 2017).

No entanto, há problemas na lei que facilitam a aquisição de terras em larga escala no país e elevam os conflitos sociais. São exemplos desses problemas: o fato da lei prever que a terra pode ser arrendada por até 50 anos, renováveis por mais 50, pelo preço de cerca de 1 dólar por hectare; as DUAT podem ser transferidas de empresas para governos ou de empresas para empresas; as terras não podem ser vendidas, mas a infraestrutura dentro da propriedade pode ser vendida; as revogações ocorrem de forma sistemática e favorecem a especulação fundiária (FAIRBAIRN, 2013; OAKLAND INSTITUTE, 2011; SOUSA, 2017; ARAGÃO 2017).

Além de tais problemas, a iniciativas como a AGRA (Revolução Verde na África) e a Aliança do G8 para segurança Alimentar e Nutricional iniciadas a partir de 2008 incentivam o desenvolvimento do país por meio da modernização agrícola o que aceleram os IED e projetos de aquisição de terras em larga escala que constitui o Land Grabbing em si e causam sérios problemas econômicos e sociais. Tais problemas são causados uma vez que a perspectiva de desenvolvimento por meio do agronegócio adotado favorece a concentração de terras e de riquezas e traz problemas ambientais graves, ao passo que seria mais efetivo para o desenvolvimento de fato, a agricultura familiar que possui um caráter mais distributivo, não favorece a concentração e é agroecológico.

Segundo Fairbairn (2013) e o Oakland Institute (2011), além de tais problemas, ainda ocorrem irregularidades que afetam as populações locais, como a falta de consulta popular antes da aquisição das DUAT, falta de competência judiciária para resolver os contenciosos sobre as terras. Na medida em que as comunidades não são obrigadas a ter DUAT e mesmo assim podem usufruir da terra, a ausência dessa espécie de título torna difícil revogar a terra que é considerada muitas vezes vazia. É necessário também ressaltar os problemas que ocorrem no âmbito das alocações, em que camponeses são alocados para áreas não férteis ou com acesso a água e, muitas vezes, as promessas realizadas pela empresa que conseguiu a DUAT não são cumpridas.

Há um ditado popular moçambicano famoso que reflete a problemática da estrutura legal que englobam as terras no país: “A terra em Moçambique não pode ser vendida, mas pode ser comprada.” O ditado demonstra que apesar da terra em Moçambique ser propriedade do Estado como reflexo do passado socialista, a mesma pode ser amplamente usada e retirada dos legítimos detentores do direito de uso e aproveitamento da terra

baseados nas regras e práticas costumeiras. A dubiedade da lei de terras também levanta essa contradição ao conceder terras em larga escala por muitos anos, apesar da legislação proibir a venda da terra. Esses problemas serão debatidos mais profundamente na seção que irá abordar as reações sociais em Moçambique e os problemas causados pelas largas aquisições e terras no país que têm gerado conflitos, protestos violentos e articulação da sociedade civil em diversos campos.

2.4 Land Grabbing em Moçambique

Os problemas gerados pela aquisição de terras em larga escala em Moçambique são diversos e são abordados de forma constante pelos relatórios de organizações e institutos internacionais. Também há debate e diversas interpretações sobre o processo de Land Grabbing em Moçambique.

Autores como Martin e Palat (2014) consideram o Land Grabbing como um novo colonialismo na África, onde países centrais passam a explorar a região por meio da aquisição de terras em larga escala. Geralmente, os lucros pelos empreendimentos vão para os investidores e seus países de origem, enquanto a população sofre com os resultados dos empreendimentos.

Sousa (2017), por sua vez, ao analisar o Land Grabbing em Moçambique, a partir de uma abordagem pós-colonialista, considera que as aquisições transnacionais de terras atuais funcionam com base na lógica de dominação do tempo colonial, portanto trabalha com a:

[...] hipótese de que a recente onda de aquisições transnacionais de terra constitui uma reedição das formas de dominação próprias do período colonial¹¹, as quais têm-se cristalizado nos discursos de legitimação dos land grabs, e que têm sido combatidas pelos movimentos de resistência local e internacional encabeçados pelas comunidades rurais e pelas organizações não governamentais e da sociedade civil. (SOUSA, 2017, p. 15-16).

White et al. (2012), também destacam a característica da exploração colonial que persiste na dinâmica do Land Grabbing ao considerar a diferença do êxodo rural gerado em países centrais e em países como Moçambique:

Há sinais claros de que [...] os gabinetes moçambicanos poderiam produzir o mesmo resultado que os seus redcessores na Europa - uma maioria rural despojada e a migração para as cidades. No entanto, ao contrário da Europa, isso será em um país que não está prestes a embarcar em uma revolução industrial

¹¹ Grifo nosso.

intensiva em mão-de-obra que gere milhares de novos empregos para a - camponeses despojados e suas famílias. "(Tanner 2010, 125 apud WHITE et al, 2012, p.625).

No entanto, pode-se dizer que esta lógica colonial não se aplica ao fenômeno de Land Grabbing contemporâneo¹² devido a vários aspectos particulares como o fato de países periféricos também se configurarem como *grabbers*, assim como o fato de que elites nacionais dos receptores dos investimentos também participam da facilitação do processo de aquisição de terras por vias legais e não pela imposição forçada como no período colonial. Em alguns casos, como se verifica em Moçambique, elites locais buscam esses investimentos para sanar problemas econômicos ou até mesmo em benefício próprio. Dessa forma, não apenas atores centrais seriam responsáveis pela exploração advinda do Land Grabbing, mas também países semi-periféricos e elites de países pobres.

Fairbairn (2013) traz elementos importantes ao considerar a importância do papel das elites e instituições locais na atração de investidores estrangeiros em terras. A autora explica que a desigualdade entre as classes existente dentro de Moçambique faz com que pequenos grupos privilegiados se beneficiam mais com os investimentos em terras no país:

Eu argumento que esses acordos de terra não podem ser entendidos simplesmente como capital global agindo sobre a paisagem de um país em desenvolvimento, impactando diretamente o acesso de recursos das comunidades rurais. Em vez disso, estes negócios são filtrados pela desigualdade das classes domésticas e moldados pelas ações de Moçambicanos com poder social¹³ (FAIRBAIRN, 2013).

Esses são os principais argumentos que rodeiam o debate sobre Land Grabbing em Moçambique. No entanto, no que se refere aos efeitos sociais negativos, a maioria dos autores convergem. A seguir serão apresentados alguns dos problemas mais sérios gerados pelo Land Grabbing em Moçambique.

Dentre os principais problemas que ressurgem no contexto da aquisição de terras em Moçambique, está a realocação das famílias que muitas vezes ocorre de forma indevida. As promessas não cumpridas pelas empresas no âmbito dos contratos de aquisição de terras também configuram um problema recorrente no país. As empresas prometem empregos, no entanto, as produções previstas nos projetos são pouco intensivas em mão-de-obra e geram poucos empregos. Os empregos gerados pelos projetos não conseguem

¹² As particularidades do Land Grabbing contemporâneo são abordados de forma mais detalhada na última seção do capítulo anterior.

¹³ Tradução nossa.

suprir a demanda de trabalhadores gerada nos deslocamentos das comunidades, sem contar no fato de que os trabalhos gerados exigem alto nível de especialização, o que não é o caso dos camponeses realocados. As famílias também se queixam de que as empresas não cumprem as promessas de construção de infraestrutura que são feitas no âmbito das consultas populares. Os danos ambientais e a destruição da biodiversidade também são apontados pelos que denunciam o fenômeno (THE OAKLAND INSTITUTE, 2011; HANLON, 2010; SCHLESINGER, 2013; FAIRBAIRN, 2013; ARAGÃO, 2017; SOUZA, 2017).

Muitas vezes, as famílias são realocadas para lugares onde não há água suficiente para a atividade agrícola, ou são direcionadas para locais longe do comércio, onde vendiam sua pequena produção. De acordo com Schlesinger (2013), no ano de 2012, a Vale conseguiu a concessão do governo moçambicano para construir uma linha férrea de cerca de 780 km entre Moatize e o Porto de Nacala. A promessa era de que a população iria se beneficiar da linha de trem, no entanto, o que ocorreu na prática é que a linha de trem não consegue suprir a demanda de passageiros e é utilizado para escoar a produção da Vale para o Porto e para transportar as commodities agrícolas do Programa ProSAVANA que será abordado de forma mais detalhada na próxima seção.

O autor também aponta para o problema das casas entregues durante a realocação das famílias que tiveram que ser reconstruídas novamente, pois apresentavam rachaduras e vazamentos, enquanto os moradores viviam em barracas. A Odebrecht, responsável pela construção das casas, também é conhecida por ser uma das grandes empreiteiras envolvida nos maiores escândalos de corrupção do Brasil.

Outro problema constante é a falta de consulta popular antes da concessão das DUAT, e mesmo quando elas são consultadas, as empresas fazem promessas para conseguir convencer a população de que os projetos trarão desenvolvimento para região, no entanto, mais tarde essas promessas não são cumpridas. Schlesinger (2013), aponta que as famílias que não possuem DUAT são alvo dos projetos e cerca de 4,5 milhões de camponeses são considerados invisíveis nos documentos contratados pelo governo.

Os problemas gerados pelo avanço do Land Grabbing em Moçambique são preocupantes, uma vez que eleva os conflitos e a violência no país. Quando os camponeses decidem resistir, em alguns casos são até presos ou mortos durante os conflitos com as grandes empresas envolvidas no processo. Em entrevista, um morador preso durante os protestos desabafa:

Nós agora estamos na cadeia, cercados e sem meios de sustento e de sobrevivência. Quando alguém entra na área onde a Chikweti alega ser parte da sua concessão é levado para prisão mas a Chikweti invade a nossa comunidade, ocupa as nossas terras, machambas¹⁴, destrói as nossas culturas e não vai à cadeia. Então o que é importante para o governo, Chikweti ou as pessoas? O governo convidou a empresa Chikwetii para invadir as nossas machambas e terras e agora está a enviar para esta comunidade muitas delegações para apaziguar, mas nós achamos que é uma estratégia para nos arrancar a terra (EJOLT, 2012, 66 apud SOUSA, 2017).

Muitas vezes camponeses que estão em suas terras sobrevivendo de forma isolada são surpreendidos pelos projetos que prometem desenvolvimento e acabam presos ou mortos quando decidem resistir. O documentário “Somos Carvão” que denuncia os problemas gerados pelos projetos de extração de carvão mineral da Vale e do ProSAVANA em Moçambique coloca que já houve casos de pessoas terem ido trabalhar na *machamba* de dia e quando voltam encontram suas casas destruídas.

Além de prisões, há denúncias de assassinatos tendo como alvo líderes e camponeses que resistem ao Land Grabbing. O documentário produzido pela Pan Asia Pacific mostra o assassinato político de cerca de 240 pessoas entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2017 que resistiam contra os Land Grabs (PAN ASIA PACIFIC, 2017).

Hanlon (2010) chama atenção para o avanço da violência em Moçambique e que isso poderia levar o retorno à guerra civil e a conflitos violentos no país, o que pode agravar a situação. O autor explica que os altos índices de desigualdade, as altas taxas de desemprego e os altos níveis de mal nutrição permanecem, apesar do país alcançar um crescimento extraordinário nos últimos anos chegando a ser considerado como um tigre africano. Em Maputo, na capital de Moçambique, e em outras quatro cidades, houve protestos violentos contra os altos custos de vida no dia 5 de fevereiro de 2010, levando a 5 mortes e mais de 100 feridos (NOTÍCIAS, 2010 apud HANLON, 2010).

As políticas neoliberais seguidas e impostas ao governo moçambicano intensificou o número de acordos de terras, avançando com o fenômeno do Land Grabbing no país. Apesar do crescimento econômico gerado, as condições sociais e a pobreza da população têm piorado no país e a violência têm se elevado no país. Além dos conflitos no campo, também há conflitos na cidade devido aos altos índices de desigualdade, elevando a chance da volta de uma situação de caos no país.

¹⁴ *Machamba* é o nome utilizado em Moçambique para se referir as terras de pequenos camponeses.

Após o colonialismo, as três guerras e as imposições neoliberais feitas pelo FMI, levaram ao governo de Moçambique a considerar os investimentos estrangeiros como única forma para o desenvolvimento e para erradicação da pobreza. Aliado a isso, após as crises, alimentar, energética, financeira e de biocombustíveis nos anos 2000, muitos investidores buscaram terras em países periféricos para investir e isso levou à escala grandiosa que o fenômeno tomou nas últimas duas décadas.

De acordo com dados do Oakland Institute (2011), em Moçambique os investidores têm buscado investir principalmente em árvores para produção de papel, madeira e créditos de carbono. O relatório do Instituto aponta ainda que entre 2004 a 2009 foram concedidos cerca de 2,5 milhões de hectares no país, o que equivale a cerca de 3% do território nacional e 7% das terras aráveis do país.

É importante salientar que, mesmo que as aquisições de terras sejam feitas por vias legais e com o apoio do Estado, elas podem implicar em consequências negativas para a sociedade, para a economia e para o meio ambiente quando os contratos não são honrados pelos atores envolvidos no processo.

Ao analisar dados mais recentes sobre as negociações envolvendo terras e o ranking dos maiores vendedores de terras do Land Matrix¹⁵, Moçambique aparece em sexto lugar, como podemos ver na Tabela 3 e a totalidade dos acordos transfere cerca de 2,521,160 hectares de terras (LAND MATRIX, 2017).

Tabela 3. Top 10 dos Principais Investidores de Terras



Investor countries	Target countries
<u>DRC*</u>	7,054,831 ha
<u>Papua New*</u>	3,792,653 ha
<u>Indonesia</u>	3,235,335 ha
<u>Brazil</u>	3,036,504 ha
<u>South Sudan</u>	2,691,453 ha
<u>Mozambique</u>	2,521,160 ha
<u>Ukraine</u>	2,491,620 ha
<u>Congo</u>	2,303,379 ha
<u>Russian Fed*</u>	2,278,152 ha
<u>Argentina</u>	1,748,883 ha

Fonte: Land Matrix, 2017.

De acordo com o Land Matrix (2017) os principais investidores são: Tectona Forests of Zambezia, Florestas de Niassa, Green Resources AS, Mauritius Ministry of Agro Industry, Portucel Moçambique Lda; Florestas de Niassa. As principais nacionalidades investidoras são: Noruega, Estados Unidos, África do Sul, Ilhas Maurício e Multinacionais.

Atualmente, como mostra a figura 1, pode-se verificar que cerca de 126 acordos de terras foram concluídos em Moçambique e a origem dos investimentos é diversa. Os países com maior número de contratos são África do Sul (17 contratos), Ilhas Maurício (9 contratos), Noruega (8 contratos), Reino Unido (8 contratos), Estados Unidos (7 contratos) e China (7 contratos). Cerca de 141 contratos são pretendidos atualmente para Moçambique, onde 20 deles são da África do Sul e apenas 5 contratos em Moçambique tiveram falhas (LAND MATRIX, 2017).

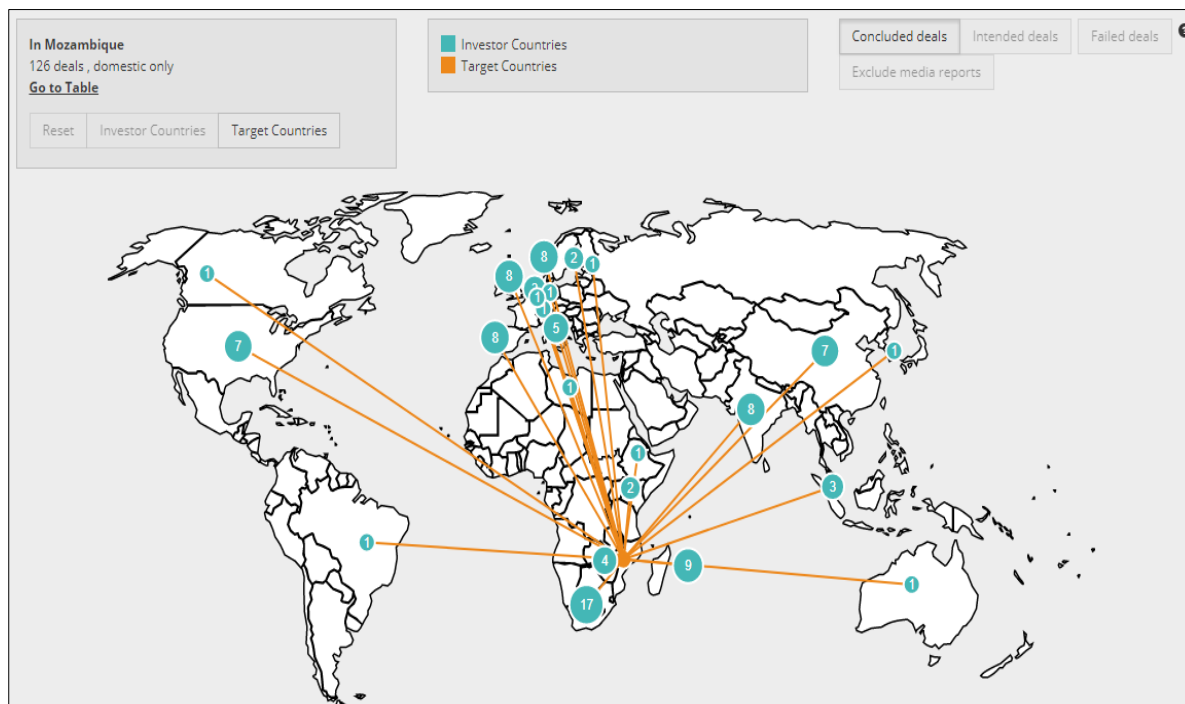


Figura 1. Acordos de Terras Concluídos em Moçambique

Fonte: LAND MATRIX (2017).

Os dados são alarmantes e mostram na prática o possível desmonte do território nacional apontado por Saskia Sassen (2013) que argumenta que largas faixas de terras concedidas a estrangeiros podem diminuir o controle do Estado sobre seu território e, consequentemente sua hegemonia. Apesar da terra não poder ser oficialmente comprada em Moçambique, a mesma pode ser arrendada por até 100 anos por investidores e, dessa forma, o fato da terra ser propriedade do estado não configura um mecanismo de defesa contra o Land Grabbing no país.

2.5 Estudo de caso: ProSAVANA

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento passou por mudanças fundamentais, iniciando na década de 1960, quando surge uma alternativa à cooperação Norte-Sul, que é a cooperação Sul-Sul, num sentido em que uma cooperação entre países em desenvolvimento seria mais efetiva para alcançar o desenvolvimento, uma vez que os países teriam a mesma trajetória de exploração. No século XXI, surge então um novo modelo de cooperação para o desenvolvimento, a Cooperação Triangular que seria considerada a mais efetiva para alcançar o desenvolvimento. A Cooperação Triangular prevê a cooperação entre três países, um desenvolvido que forneceria os recursos

financeiros para concretização dos projetos, uma país em desenvolvimento que auxilia com o *know how*, devido à sua experiência semelhante e um país pobre que entra com a vontade de se desenvolver (MCEWAN E MAWDSLEY, 2012; AYLLÓN, 2014).

O ProSAVANA se encaixa neste terceiro tipo de cooperação para o desenvolvimento. É um Projeto de Cooperação Trilateral para o desenvolvimento entre Japão, Brasil e Moçambique, lançado no ano de 2011, que visa desenvolver a agricultura moçambicana por meio de projetos técnicos na região agrícola de Nacala (SCHLESINGER, 2013; SOUZA, 2017; ARAGÃO, 2017). Apesar do plano inicial do projeto trazer promessas de desenvolvimento, o que se viu na prática foi uma ampla resistência da sociedade civil, sobretudo a moçambicana, devido aos problemas gerados pelo projeto. Pode-se dizer que os problemas foram gerados pela tentativa de se transportar para Moçambique o modelo de agronegócio brasileiro, que visa a produção de monoculturas destinadas à exportação.

A seguir é apresentado o quadro com a caracterização geral do ProSAVANA:

Tabela 4. Caraterização Geral do ProSAVANA

ProSAVANA	
NOME	Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
COOPERANTES	Japão, Brasil e Moçambique
LOCAL DE EXECUÇÃO	Corredor de Nacala ao Norte de Moçambique
OBJETIVO	Criar novos modelos de desenvolvimento agrícola tendo em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos, buscando o desenvolvimento agrícola rural e regional orientado para o mercado e com vantagens competitivas.

VISÃO OFICIAL	Melhorar as condições de vida da população no corredor de Nacala, através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo.
COORDENAÇÃO	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
EXECUÇÃO	A execução é de responsabilidade brasileira por meio da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).
COMPONENTES	ProSAVANA-PI: Projetos de melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala. O foco do primeiro componente é no agronegócio e no aumento da produtividade. Realização: entre abril de 2011 e março de 2016.
	PROSAVANA-PD: Plano diretor que foca no desenvolvimento social e econômico da região e na atenção aos pequenos produtores. Realização: entre março de 2012 primeiro trimestre de 2014
	PROSAVANA-PEM: Projeto de extensão com vistas ao aumento da produção agrária com previsão de duração de seis anos. Realização: entre maio de 2013 e maio de 2019.

Fonte: Elaboração própria baseada em Aragão (2017).

O ProSAVANA é uma tentativa de replicar o PRODECER (Programa de Cooperação. Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) que foi um projeto criado na década de 1960 entre Brasil e Japão que modernizou a agricultura brasileira por meio da atuação no cerrado. O projeto é baseado no agronegócio e, apesar de ter apresentado relativo sucesso quanto à modernização da agricultura brasileira, gerou diversos conflitos locais envolvendo as comunidades afetadas e as empresas do projeto, além da destruição do cerrado brasileiro (CLEMENTS E FERNANDES, 2013; SCHLESINGER, 2013; MONJANE, 2016; SOUSA, 2017; ARAGÃO, 2017).

A idealização do programa contexto de crise alimentar entre 2004 e 2009, quando iniciativas neoliberais de incentivo ao agronegócio como a Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional e a AGRA, pressionaram a busca por terras mais férteis e agricultáveis. No entanto, apesar do programa possuir o objetivo retórico de desenvolver e melhorar a vida das comunidades no corredor de Nacala, as informações não foram divulgadas e não chegaram a conhecimento da população de forma clara havendo apenas a divulgação para o setor privado, especialmente o agronegócio. O ProSAVANA foi lançado em 2011, porém, a sociedade civil e os movimentos sociais só tiveram ciência do programa e se articula em 2013 quando uma notícia publicada na Folha de São Paulo divulgava o programa e as terras de baixo custo para empresários do agronegócio brasileiro (ARAGÃO, 2017).

O ProSAVANA é um exemplo de como o Land Grabbing contemporâneo possui particularidades. O Brasil é considerado um jogador dúbio no contexto do fenômeno, por ser alvo das aquisições de terras, ao mesmo tempo que realiza ações imperialistas em outras regiões. Isso ocorre devido ao fato de que apesar de ser baseado em políticas públicas que visam o desenvolvimento, as empresas que agem no projeto possuem interesses privados, como destacam Garcia e Kato (2016), envolvidos nas execuções dos projetos. Dessa forma, quando os projetos envolvem interesses privados, o foco se torna o lucro e não o desenvolvimento social.

Além dos problemas relacionados à realocação de populações elencados anteriormente, projetos como o ProSAVANA geram concentração fundiária, piorando a situação de desigualdade social no país. Tais problemas têm gerado diversos tipos de reações sociais como a divulgação de relatórios, documentários e denúncias, como vimos anteriormente. Um exemplo de que tal articulação apresentada no Capítulo 1, é a campanha “Não ao ProSAVANA” que foi deflagrada em 2013 por organizações moçambicanas contrárias à execução do ProSAVANA que visa retoricamente desenvolver o setor agrícola moçambicano a partir da experiência brasileira. O movimento é referência nos debates sobre o ProSAVANA por acompanhar de perto as reuniões e realizar denúncias sobre as consequências do projeto (OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL, 2016).

Schlesinger (2013) considera que o ProSAVANA está, de certa forma, exportando os conflitos e contradições existentes no Brasil e que a ligação com o setor privado aliado ao foco no agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, causa distorções e problemas

de desenvolvimento por se basear em uma lógica de concentração fundiária e de riqueza. Por isso, é necessário um maior debate com a sociedade civil para resolver tais problemas.

Antes de compreender a articulação coletiva contra o ProSAVANA, é válido citar as teorias da ação coletiva aplicadas às articulações internacionais. Do ponto de vista teórico, a autora Flávia Vieira (2008) faz uma visita às teorias da ação coletiva para analisar e entender as articulações internacionais e os movimentos sociais que surgem nessa época. De acordo com a Teoria Clássica da ação coletiva, as ações transnacionais são entendidas como uma resposta à globalização. Dessa forma, Vieira (2008) corrobora o argumento de Yeros e Moyo e Bernstein de que os movimentos sociais rurais surgem como resposta ao neoliberalismo e à grandes projetos de desenvolvimento baseado no agronegócio, o caso do ProSAVANA pode ser considerado como um exemplo concreto disso, pois surge em resposta ao movimento neoliberal de liberalização que abre os países periféricos para investimento estrangeiro e gera tensões sociais que motiva as articulações como a campanha contra o ProSAVANA.

Do ponto de vista da teoria da Mobilização de Recursos, a ação coletiva surgiria quando a existência de recursos como recursos humanos, financeiros ou de comunicação as torna viáveis. O incremento das comunicações e dos transportes seriam um fator crucial, portanto, para a articulação internacional da sociedade civil global de acordo com essa corrente teórica (VIEIRA, 2008).

Pode-se dizer que ocorreu na articulação contra o ProSAVANA, uma vez que os movimentos rurais são reprimidos, há uma solidariedade internacional facilitada pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes que passam a advogar a favor desses movimentos sociais rurais e a ajuda-los a ter sucesso nacionalmente.

Ao fazer uma análise da articulação contra o ProSAVANA, Monjane (2016) considera que o fator de sucesso da campanha contra o ProSAVANA tenha sido o advento das redes sociais e jovens com acesso a tais informações e educação que permitiu um no espaço de debate público informal ocasionando mudanças no governo da FRELIMO.

Por fim, a Vieira (2008) traz a Teoria da Mobilização Política e explica que as oportunidades políticas constituem o elemento fundamental de organizações coletivas. Dessa forma, quando oportunidades no âmbito nacional se tornam inviáveis, há um deslocamento para a esfera global a fim de fortalecer as demandas da sociedade civil. A teoria seria útil então para explicar o caso da articulação contra o ProSAVANA, tendo em vista que o movimento se iniciou no âmbito nacional, porém, como a repressão foi forte, a

articulação de internacionaliza e busca o apoio de entes da sociedade civil do Japão e do Brasil.

Alguns movimentos optam por se aliar ao Estado para reivindicar terras como foi o caso de Zimbábue, no entanto, Moçambique, assim como a maioria dos casos resolveu se unir aos atores opositores das práticas neoliberais para obter relativo sucesso. O maior expoente dessa articulação foi a paralização do ProSAVANA

A estratégia utilizada pelos movimentos sociais do campo e alguns atores da sociedade civil descontentes com o fenômeno pode ser considerada como estimulante e, de certa forma, bem-sucedida, pois alcançou avanços legais e a paralização de um dos maiores projetos de aquisição de terras no caso do ProSAVANA.

Sousa (2017) e Aragão (2017) apresentam de forma sistematizada a articulação da sociedade civil em relação ao Land Grabbing em Moçambique. No quadro esquematizado por Sousa (2017) encontram-se as principais organizações envolvidas nas reações sociais e os métodos mais frequentes de reações que coincidem com os expostos por Yeros e Moyo (2005), assim como os grupos mobilizados em nos conflitos fundiários gerados pelo investimento estrangeiro em Moçambique.

De acordo com Sousa (2017), os projetos envolvidos nos conflitos fundiários vão desde o ProSAVANA que visa desenvolver o setor agrícola de Moçambique e trabalha com a agricultura, à projetos da Portucel Group de Portugal e demais empresas que trabalham com produção de árvores para fabricação de papel ou madeira.

As resistências vão desde ações preventivas, antes da implementação dos projetos, quanto durante e depois da implementação dos projetos. Isso demonstra a agilidade e articulação da sociedade civil, que busca criar mecanismo antes mesmo do projeto ser implementado. Os grupos mobilizados são geralmente camponeses, comunidades indígenas, agricultores, movimentos sociais, partidos políticos, governos locais.

Há diversas formas com que a sociedade civil se organiza contra os problemas gerados elas aquisições de terras em grande escala: sabotagem, queima de plantações, pressão para devolução das terras comuns, elaboração de relatórios/conhecimentos alternativos, cartas oficiais de reclamação e petições, desenvolvimento de uma rede de ação coletiva, desenvolvimento de propostas alternativas, denúncias, envolvimento de ONGs nacionais e internacionais, argumentos em favor dos direitos da mãe natureza, compartilhamento de informações entre ONGs, ativismo midiático/mídia alternativa e ativismo financeiro.

O caso do ProSAVANA culminou em uma ampla resistência nacional e internacional de natureza preventiva, por meio da elaboração de relatórios/conhecimentos alternativos, desenvolvimento de propostas alternativas e cartas que mobilizou grupos de agricultores, grupos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais, além de organizações de justiça ambiental internacionais.

No entanto, segundo DW (2017), continua o embate entre governo e sociedade civil do Japão, Brasil e Moçambique pela execução do ProSAVANA, que segundo as ONG que lutam contra o projeto, já usurpou terras de milhões de camponeses e seria uma ameaça, em vez de oportunidade, para segurança alimentar de Moçambique. O governo parece querer executar o projeto, mesmo com a ampla resistência das organizações da sociedade civil e de camponeses.

Apesar dessas iniciativas para acabar com insegurança alimentar em Moçambique através da aquisição de terras, verifica-se que isso não ocorre, pois privilegiam a monocultura que não gera empregos suficientes, além das commodities produzidas pelos projetos serem direcionadas à exportação. Na verdade, o Land Grabbing pode ser considerado um desafio à segurança alimentar do país, por não gerar empregos, além de tirar a terra que a fonte de alimentos de cerca de 70% da população moçambicana.

Autores que dissertam sobre a capacidade da sociedade civil em Moçambique consideram que a mesma ainda pode ser considerada frágil principalmente devido ao contexto social e político no qual está envolvido, e as ações ainda refletem o passado de exploração colonial, uma vez que a legislação de Moçambique permite a articulação e a liberdade de ação da sociedade civil ao mesmo tempo em que a limita.

De acordo com Monjane (2016), a Constituição de Moçambique garante liberdades sociais e a articulação livre de movimentos sociais, no entanto, na prática as manifestações são controladas pelo governo quando há risco de perturbação da “ordem”. A Lei no. 9/91, no art. 3, afirma que todos os cidadãos possuem o direito de reunião e de manifestação de forma livre e pacífica e que tal associação não dependente de autorização nos termos da lei. De forma contraditória, no art. 5 da mesma lei, as manifestações são restringidas quando passam próximas à órgãos considerados soberanos, por exemplo representações consulares ou diplomáticas e os manifestantes devem comunicar com 4 dias úteis de antecedência a polícia e as autoridades civis (MONAJANE, 2016).

Apesar dessa contradição e da repressão sofrida pela sociedade civil em Moçambique, a autora chega a conclusão que, embora nos últimos tempos se tenha verificado um relativo

fortalecimento, a fragilidade que caracteriza a sociedade civil moçambicana continua evidente.

Um exemplo do início desse fortalecimento pode ser a campanha contra o ProSAVANA, que teve seu ápice em 2013 quando uma Carta Aberta foi enviada por cerca de 40 organizações internacionais e 23 organizações e movimentos sociais de Moçambique aos governos dos três países responsáveis pelo programa. O objetivo da carta era de refletir de forma urgente o programa. Dentre as reivindicações da carta estavam o apoio de Moçambique à participação no processo de elaboração do programa, acesso à informação, além da realocação de recursos para programa de incentivo à agricultura familiar. (MONJANE, 2016; SOUZA, 2017; ARAGÃO, 2017).

O contexto das reivindicações demonstrou a concepção de desenvolvimento baseado na agricultura familiar na soberania alimentar e na agricultura de conservação e agroecologia. A carta foi ignorada por mais de um ano e quando houve resposta para a sociedade civil em 2014 eles não respondem as principais reivindicações (ARAGÃO, 2017).

A primeira manifestação contrária ao ProSAVANA se deu através de um comunicado divulgado pelo maior movimento de camponeses moçambicano a União Nacional dos Camponeses em outubro de 2012 após a visita de empresários e políticos dos três países cooperantes ao corredor de Nacala (ARAGÃO, 2017). Esse fator reforça o argumento de Paris Yeros e Sam Moyo (2005) de que os movimentos de resistência contra o neoliberalismo e a ordem proposta se inicia no campo, uma vez que o papel dos camponeses foi fundamental para dar início à articulação.

O segundo posicionamento oficial contra articulação é publicado no site da Justiça ambiental em janeiro de 2013, onde o Brasil é acusado de exportar um modelo de desenvolvimento Agroindustrial para Moçambique o problema elas passam de terras e expulsão de camponeses.

No entanto, as duas fases mais importantes da campanha foram no final de 2013 quando a carta aberta enviada aos governos cooperantes e quando ocorre a I Conferência Triangular dos Povos em Moçambique que reuniu cerca de 60 movimentos sociais e ambientais dos três países, além de contar com a presença do Ministro da Agricultura de Moçambique José Pacheco (Ibidem, 2017).

A campanha contra o ProSAVANA, por sua vez, acabou por ser bem-sucedida ao dificultar a implantação do programa e foi liderada pela União Nacional de Camponeses

(UNAC), considerada como um movimento social bem sucedido de Moçambique. A UNAC conta com o apoio de outros movimentos sociais como a Livaningo, Fórum Mulher, Liga dos Direitos Humanos, Justiça Ambiental, La Vía Campesina, Oakland Institute, Centro Terra Viva, Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula, GRAIN e Friends of the Earth. (MONJANE, 2016 SOUZA, 2017 ARAGÃO, 2017). O movimento popular rejeita a implantação do projeto de desenvolvimento agrícola em larga escala e pode ser considerado como o programa com maior resistência popular de Moçambique (MONJANE, 2016).

A campanha sofre vários ataques tanto por parte do governo quanto por parte de empresas envolvidas nos programas. Dentre as principais queixas dos movimentos resistentes ao programa estão a cooptação de líderes e organizações integrantes, a falta de acesso à informação, além de intimidações e ameaças. A priori, a articulação contra o ProSAVANA buscava, portanto, apenas participar da governança do programa e buscar reduzir os impactos negativos do programa, no entanto, devido aos ataques sofridos e devido ao fato de que os movimentos sociais e a sociedade civil participavam dos debates sem ter suas reivindicações atendidas, a articulação voltou-se contra o programa (MONJANE, 2016; ARAGÃO, 2017).

O fato da articulação ter se voltado contra o programa faz com que alguns autores como Aragão (2017), considerem a campanha como anti-capitalista. Porém, seria um tanto forte considerar isso, uma vez que, a priori, as famílias e movimentos sociais envolvidos buscavam acesso à informação e estavam abertos ao diálogo, pois viam como uma oportunidade de desenvolvimento. Vieira (2008) argumenta que paralelo aos estudos sobre as articulações internacionais baseados na ação coletiva, há estudos sobre os movimentos anti-globalização. O que de fato ocorre, como é o exemplo da Via Campesina que luta pelo fim do Land Grabbing, porém, o caso da articulação contra o ProSAVANA não se encaixa nesse contexto.

Devido aos problemas causados pelo fenômeno do Land Grabbing, atores da sociedade civil moçambicana, aliados aos movimentos sociais e organizações internacionais têm reagido de forma intensa para denunciar os problemas gerados pela aquisição de terras em larga escala no país. Muitos dos problemas relatados acima, só foram possíveis de serem descobertos devido a uma articulação de organizações da sociedade civil que elaboram relatórios e documentários com denúncias, além de protestos

e ocupações de terras contra os megaprojetos que têm trazido muitos transtornos para a região.

Aragão (2017) explica de forma detalhada como as ONGs japonesas e brasileiras sobretudo as primeiras, foram cruciais no apoio aos movimentos rurais em Moçambique que obtinham informações de ONGs do Japão sobre os passos do ProSAVANA e conseguiam agir em torno disso. A importância das ONGs japonesas foi fundamental na medida em que os primeiros documentos do projeto de cooperação trilateral estavam escritos em japonês e a agilidade e solidariedade das ONGs em traduzir e transmitir os próximos passos do projeto foram cruciais nas ações no território moçambicano.

Segundo Aragão (2017), a articulação contra o ProSAVANA pode ter sido fortalecida pelo engajamento de camponeses, assim como ativistas e acadêmicos envolvidos na articulação, na luta pela resistência e independência que vem desde os anos 1960. No entanto, há limites, impostos pelas ações do governo, como a concessão de DUAT que favorecem os investimentos estrangeiros, além de movimentos como a AGRA (Revolução Verde na África) e a Aliança do G8 para segurança Alimentar e Nutricional que têm desenvolvido políticas de desenvolvimento agrícola em Moçambique após a crise de 2008, além dos organismos internacionais que ditam políticas neoliberais agravando a situação. No entanto, o projeto perdeu força e a resistência continua em Moçambique, apesar da forte repressão do Estado contra os movimentos sociais contra o ProSAVANA.

Nesse contexto da dificuldade de articulação da sociedade civil, se encaixa o argumento de Saskia Sassen (2016), que analisa a economia política internacional pela lógica das expulsões e considera que o neoliberalismo e suas práticas como o Land Grabbing geram expulsões, o que se pode verificar de fato com a pesquisa realizada. No entanto, a mesma afirma que é difícil se articular contra essas expulsões devido ao fato do sistema ser complexo e os problemas são causados por uma formação predatória também complexa, que envolve governos locais, instituições internacionais e empresas privadas. Como não há um único ator que causa os problemas, fica difícil gerar uma reação, apesar de Moçambique apresentar casos bem-sucedidos de resistência.

Fairbairn (2013) e o relatório do Oakland Institute (2011) também consideram as reações da sociedade civil e dos camponeses como bem-sucedidas em Moçambique na tarefa de denunciar os problemas do fenômeno. Projetos como o Procana foram cancelados pela atuação firme da sociedade civil e o ProSAVANA encontra-se travado devido às

manifestações. Além das conquistas em termos de projetos, há também avanços políticos e legais que são fruto dessa articulação.

Um reflexo disso são as novas políticas agrícolas adotadas a partir de 2011 que põe ênfase nos produtores agrícolas de pequena escala e não no agronegócio, além de políticas para garantir o registro de terras por parte dos pequenos produtores, por se entender que esses seriam os principais responsáveis por acabar com os problemas de segurança alimentar no país, tendo em vista que sua produção é mais saudável, diversificada e direcionada ao mercado doméstico (THE OAKLAND INSTITUTE, 2011).

Outro reflexo dessa articulação são os avanços legais, como a necessidade de duas reuniões de consulta popular antes da concessão das DUAT em 2010; a criação do Fórum Consultivo em 2010 para permitir que organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para debater e contribuir com as políticas de terra; alterações na Lei de Terras permitindo que as delimitações da comunidade retomem como antes; assim como o aumento do imposto cobrado sobre a terra que antes era de US\$ 1 dólar por hectare e passou para US\$ 1,37, por hectare, que, apesar do aumento, ainda atrai especuladores (FAIRBAIRN, 2013; THE OAKLAND INSTITUTE, 2011).

Apesar dos avanços, muitos desafios ainda se colocam devido ao Land Grabbing em Moçambique. Os problemas têm gerado muitos conflitos sociais, o que pode trazer de volta a situação de guerra civil. Em novembro de 2017, vários veículos de notícias chamam atenção para as revoltas no meio rural do país e a continuação de conflitos entre empresas e camponeses, como é o caso do ProSAVANA e da multinacional norueguesa Green Resources Moçambique usurpou terras aos camponeses nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia (DW, 2017).

Em suma, é possível perceber que o histórico de guerra civil e de exploração de Moçambique permanece devido à ação de atores externos que se aliam às elites locais, corroborando o argumento da formação predatória que dificulta, inclusive, as reações sociais no país. No entanto, pode-se dizer, que os avanços políticos e legais conquistados pela articulação dos movimentos sociais juntamente à alguns atores da sociedade civil podem ser o início da reversão dos efeitos sociais negativos do processo de Land Grabbing no país, ao passo que tais iniciativas também incentivam a continuidade do engajamento.

Como vimos no Capítulo 1, no âmbito da discussão teórica sobre Land Grabbing, há diversos atores na governança global do fenômeno. Esses atores dividem-se em três blocos: o primeiro liderado pelo Banco Mundial e instituições neoliberais visam regular

para expandir, outros como o CFS (Conselho Para Segurança Alimentar) no âmbito da ONU lutam para minimizar os impactos, e há a Via Campesina que luta para o fim do fenômeno. Pode-se denotar que a priori a articulação contra o ProSAVANA visava apenas minimizar os efeitos do Land Grabbing no âmbito da governança do fenômeno, pois tentou negociar com os executores e propositores do programa, no entanto, como essa articulação desses movimentos de contestação ocorre apenas de faixada, há uma guinada e a articulação passa para o terceiro grupo em que é contra o ProSAVANA, no momento em que é deflagrada a campanha não ao ProSAVANA. Isso pode explicar a razão pela qual alguns movimentos sociais são tão radicais, pois muitas vezes são negligenciados ou ludibriados por aqueles que deveriam lhes dar a chance de participar da governança do fenômeno.

Apesar disso, não se pode afirmar que a sociedade civil e os movimentos sociais contra o ProSAVANA ou outros megaprojetos agrícolas sejam de fato anti-neoliberais por ainda haver uma crença de que essa seria a melhor alternativa para o desenvolvimento.

Após todas essas informações, é preciso fazer a seguinte pergunta: os efeitos sociais negativos do Land Grabbing também podem se verificar em um país desenvolvido como os EUA? A sociedade civil dos EUA também é tão proativa quanto a Moçambicana? Talvez as implicações sociais do fenômeno em países ricos possam ser amenizadas pelas estruturas sociais e econômicas mais avançadas, uma vez que a infraestrutura e os níveis de educação fornecem mais ferramentas para escapar da dinâmica imperialista do capital que se manifesta em fenômenos como o Land Grabbing. Iremos refletir mais profundamente sobre isso no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - LAND GRABBING NOS EUA: UM ENSAIO SOBRE A AQUISIÇÃO GLOBAL DE TERRAS EM PAÍSES CENTRAIS

3.1 Legislação norte-americana sobre aquisição de terras por estrangeiros

No ano de 2006 a Incobrasa, empresa do agronegócio brasileira, anunciou a produção de biodiesel no estado de Illinois nos EUA (AGROLINK, 2006). A priori pode parecer uma notícia comum, no entanto, reflete uma das particularidades do fenômeno do Land Grabbing que também ocorre no sentido Sul-Norte no sistema internacional. Ou seja, o processo de aquisição de terras em larga escala avançado no início dos anos 2000 não é apenas uma ação de países ricos, uma vez que países periféricos como o Brasil também comprem terras em países centrais como os EUA.

Apesar da literatura sobre Land Grabbing tratar desse aspecto e reconhecer que países em desenvolvimento comprem terra em países desenvolvidos, não são tão comuns estudos sistematizados e aprofundados sobre o tema. Dessa forma, o presente capítulo busca dar início à tentativa de tratar do fenômeno do Land Grabbing em países ricos, tomando como exemplo os EUA.

Ao buscar nas bases de dados tradicionais do Land Grabbing, como o Land Matrix, não é possível encontrar informações sobre os EUA como *grabbed* uma vez que o site só monitora os acordos de terras em países do Sul Global. Apesar disso, é possível mapear o fenômeno por outras fontes de informações. No caso dos EUA, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) é considerado o principal responsável por fornecer informações sobre a compra de terras em larga escala por estrangeiros nos EUA.

Em cumprimento ao *The Agricultural Foreign Investment Disclosure Act* (AFIDA) de 1978, lei que regula a aquisição de terras por estrangeiros nos EUA, o USDA produz um relatório periódico sobre as transações de terras agrícolas que envolvem indivíduos ou entidades estrangeiras. Neste trabalho tomaremos como base o último relatório divulgado pela USDA em 2015 para analisar a dimensão do fenômeno, além de dados complementares que fomentam o debate em torno ao aumento dos investimentos em terras por estrangeiros nos EUA.

Em 2016 foi divulgado o último relatório da do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), intitulado *Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015*, que trata das participações estrangeiras de terras agrícolas nos Estados Unidos até dezembro de 2015. O relatório é divulgado em conformidade com a *The Agricultural Foreign Investment Disclosure Act* (AFIDA) de 1978, em que o governo obriga que haja divulgação por meio de relatório o fornecimento de informações sempre que uma terra for transacionada com um estrangeiro no setor agrícola. A AFIDA é de alcance nacional, por isso, muitos dos Estados da federação baseiam-se na mesma para desenvolver suas próprias leis para regulamentar a compra de terras por estrangeiros (USDA, 2011; HETTINGER e HOLLY, 2017).

A seguir será apresentado um resumo de regulamentos contidos na AFIDA e suas principais disposições de acordo com o relatório da USDA (2015):

- a. AFIDA de 1978 exige que estrangeiros proprietários de terra agrícolas nos EUA em fevereiro de 1979 arquivem relatório até agosto do mesmo ano;
- b. todas as pessoas estrangeiras que adquirirem ou transferirem participação em terras são obrigadas a relatar as transações em até 90 dias a contar da data de aquisição ou transferência da terra;
- c. qualquer estrangeiro que detenha terras que se tornem ou deixe de ser agrícolas ou qualquer pessoa que tenha terras agrícolas que se torne ou deixe de ser estrangeiras também deve relatar a mudança em até 90 dias
- d. a AFIDA especifica as informações que devem ser fornecidas e as informações adicionais podem ser obtidas pelo secretário. As informações que devem conter no relatório dizem respeito ao nome e endereço legal; cidadania, caso seja uma pessoa; natureza da entidade legal, país de criação e principal local de negociações no caso de empresas; tipo de interesse; descrição legal área cultivada; uso da terra; preço da compra ou qualquer outra consideração dada; uso pretendido; quando aplicável, informações sobre o representante da pessoa estrangeira; como o interesse na terra foi transferido; a relação do proprietário com o operador; tipo de contrato de locação, se houver; e a data em que o interesse pela terra foi transferido.
- e. qualquer pessoa estrangeira que tenha terras que subsequentemente se tornem ou deixam de ser terras agrícolas ou qualquer pessoa que detém a terras agrícolas e

subsequentemente as transfere à uma pessoa estrangeira também deve apresentar um relatório dentro de 90 dias a contar dessa mudança.

- f. qualquer alteração do nome legal o endereço do proprietário deve ser comunicado em 90 dias.
- g. em caso de descumprimento da AFIDA, há aplicação de penalidade civil a qual consiste em 25% do valor justo de mercado do terreno em questão.

O relatório ainda destaca duas seções importantes da AFIDA: a seção 7 da lei que considera que os formulários de relatórios preenchidos devem estar disponíveis para inspeção pública em Washington (DC) em até 10 dias após o recebimento pelo Secretário. A outra seção destacada da lei é a número 6, a qual exige que a cada seis meses o secretário transmita a cada estado cópias dos formulários preenchidos por estrangeiros que detêm terras naquele estado (Ibidem, 2015).

A AFIDA foi criada no âmbito nacional, no entanto, a maioria dos Estados da Federação possuem leis que regulam a compra de terras por estrangeiros nos Estados Unidos. Nesse sentido o Midwest Centre for Investigative Reporting (2017) divulgou uma análise sobre o regulamento da propriedade estrangeira de terra agrícola nos 50 estados norte-americanos. De acordo com o Midwest Center (2017), excetuando os estados do Colorado, Connecticut, Delaware, Flórida, Michingan, Nevada, Nova York e Virgínia Ocidental, todos os demais possuem regras sobre a venda de terras para estrangeiros e se baseia principalmente na AFIDA.

Apesar de quase todos os estados permitirem a compra de terras por estrangeiros nos Estados Unidos e colocarem restrições, alguns estados são mais extremistas e proíbem a venda de terras para pessoas estrangeiras. A maioria das considerações permite a compra de terras por estrangeiros ou empresas estrangeiras que são residentes nos Estados Unidos ou que possuem cidadania norte-americana, no entanto, a venda para pessoas que não são residentes nos Estados Unidos é mais rígida e geralmente proibidas. O estado do Mississippi, por exemplo, considera que estrangeiros não residentes não podem adquirir terras, porém estrangeiros residentes podem.

O estado de Montana, por sua vez, também utiliza a lei para determinar que não cidadãos não podem comprar terras do estado. O Estado de Iowa, considerado mais extremista e preocupado com o controle de terras por estrangeiros, especifica que nem um estrangeiro não residente, empresa estrangeira ou governo estrangeiro não pode adquirir o

comprar terras no estado, a menos que tenha sido adquirido antes de 1980 (Midwest Center, 2011).

Thomson (2017) explica que o estado de Iowa proíbe a venda de terras agrícolas para estrangeiros para proteger seus recursos naturais. Segundo o autor, a National Young Coalition alerta que estados sem tais leis podem enfrentar dilemas, com relação ao controle dos recursos e em relação à subsistência dos pequenos produtores.

No outro extremo da análise do Midwest Center (2017) encontra-se Nova Hampshire em que os residentes estrangeiros podem possuir adquirir propriedade da mesma maneira que os cidadãos. Em Nova Jersey, estrangeiros que são considerados “amigáveis” podem adquirir posse de terras no estado. O termo amigáveis abre margem para ambiguidades de diferentes interpretações da lei. Quais seriam os estrangeiros considerado amigos?

Apesar de haver uma enorme lista de leis que regulem a compra de terras por estrangeiros há diversas exceções. Geralmente a compra de terras por estrangeiros ou a transferência permitida em casos de herança, a exemplo das exceções na legislação de Arkansas, ou em casos de pagamentos de dívidas como ocorre na legislação de Wisconsin. As exceções do estado de Minnesota permite a transferência de terras para ambos os casos (MIDWEST CENTER, 2017).

3.2 Land Grabbing nos EUA

No âmbito da análise das informações sobre o fenômeno na nação norte-americana, utilizaremos como base o relatório do USDA (2015), que coloca dados por meio de gráficos e tabelas que baseiam a dimensão do fenômeno no país. O relatório é extenso e traz dados minuciosos de aquisições de forma geral e no âmbito de cada estado da federação. Nos concentraremos nos principais dados para viabilizar um panorama geral sobre o Land Grabbing nos EUA.

De acordo com o relatório do USDA, cerca de 26,8 milhões de acres estava nas mãos de estrangeiros até dezembro de 2015, o que equivale a cerca de 10,8 milhões de hectares estrangeirizados. Esse valor corresponde a 2,1% das terras agrícolas norte-americanas. Segundo relatório houve um aumento de 121.088 de acres em relação à 2014. As informações foram enviadas aos Estados Unidos em conformação com a AFIDA de 1978 (USDA, 2015).

O mapa a seguir mostra a proporção de terras agrícolas estrangeiras detidas em todas as terras agrícolas de propriedade privada nos EUA até dezembro de 2015. Os estados em azul possuem as menores porcentagens de terras detidas por estrangeiros. Aqueles estados em amarelo e laranja, maioria do país, apresentam taxas de 1% a 2% de terras agrícolas adquiridas por estrangeiros.

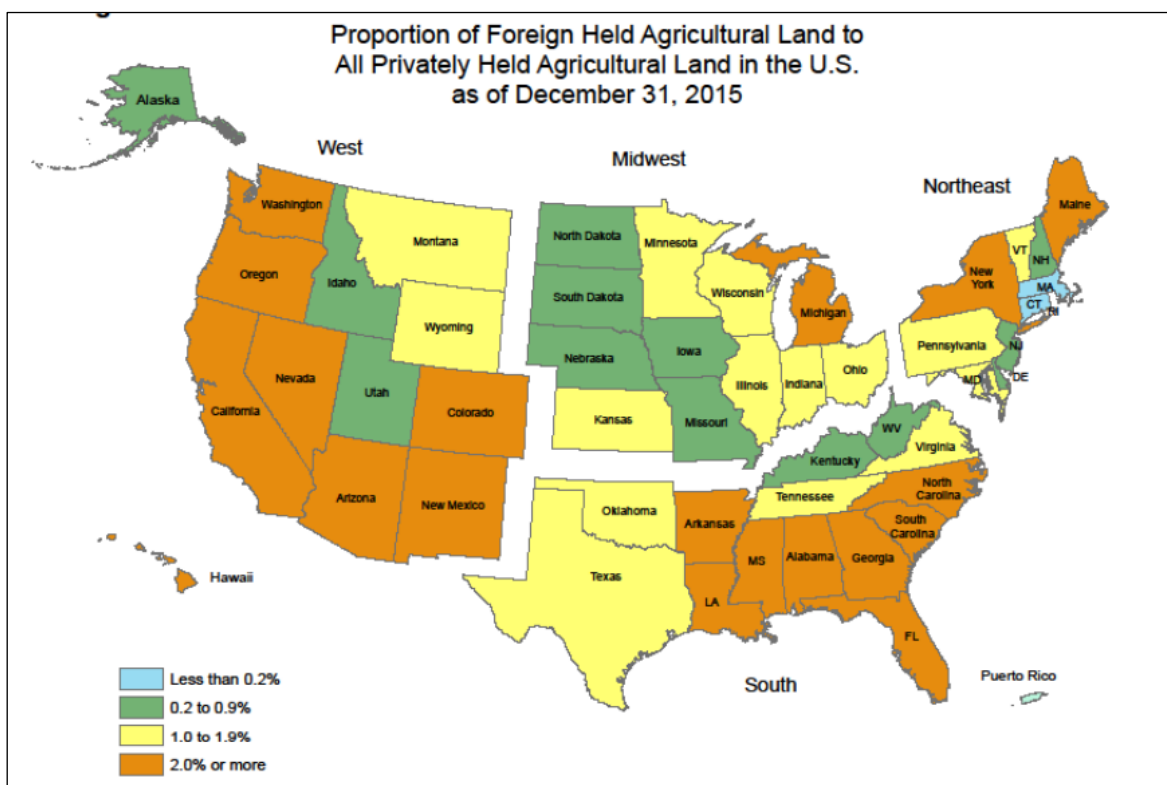


Figura 2. Proporção de Terras Agrícolas Estrangeiras Detidas em Todas as Terras Agrícolas de Propriedade Privada nos EUA

Fonte: USDA (2015, p.7).

Segundo o relatório a propriedade de terras nas mãos de estrangeiros nos Estados Unidos foi estável de 2000 a 2006. Entre 2006 e 2007, houve um aumento significativo de 3,6 milhões de acres. Em 2011, também houve um acréscimo relevante de quase 1,5 milhões de acres de terras agrícolas que passaram a ser de estrangeiros. O relatório ainda explica que desde 2008 há aumentos moderados a cada ano variando entre 29.000 e 1,5 milhões de acres. Esse aumento corrobora o argumento de que o aumento de investimentos em terras é um reflexo da quádrupla crise mundial que abrangeu as áreas alimentar,

climática, energética e financeira que levou aos investidores a buscar investimentos em bens mais palpáveis como a terra.

O relatório considera na contagem as terras agrícolas, ou seja, todas as terras para a produção florestal, agricultura, pecuária e produção de madeira que sejam acima de 10 acres. Também devem ser relatados terrenos ociosos que a menos de 5 anos já foram utilizadas para esses fins. Locais com 10 acres ou menos que tenha uma receita superior a \$1000 da venda de fazendas produção agrícola madeira também deve ser relatados. É importante notar que o relatório exclui os interesses em minerais na exploração de minerais.

Em relação à concentração de participações estrangeiras na terra agrícola dos Estados Unidos, o relatório coloca que nos 50 estados da federação e em Porto Rico, há terras agrícolas em posse de estrangeiros. O estado do Maine em termos de porcentagem é o estado em que possui mais acres em mãos não norte-americanas. Em termos absolutos o Texas é quem lidera essa posição.

Em termos absolutos o Texas lidera com cerca de três milhões de acres em mãos estrangeiras, o que representa 1,9% das terras agrícolas de propriedade privada. Estado do Texas é seguido por Maine com pouco menos de três milhões acres, principalmente direcionado à fins florestais e produção de madeira. Em terceiro lugar encontra-se o Alabama com cerca de 1,6 milhões de acres, o que equivale a cerca de 7,6% das terras agrícolas de propriedade privada.

Em termos de porcentagem o Maine lidera com 16,5% das terras agrícolas privadas do Estado e 11% das terras agrícolas detidas por estrangeiros, que equivale a 2.877.965 acres, como foi apresentado acima. Em segundo lugar encontra-se o Havaí com cerca de 8,8% das terras agrícolas privadas, o que equivale a 158.529 acres. Em terceiro lugar está Washington com 6,4% das terras agrícolas privadas, seguido por Alabama e Flórida, ambos com 5,4%.

Os maiores aumentos de aquisições de terras ocorreram em Louisiana com cerca de 191.168 acres a mais, seguido pelo estado de Texas com 46.228 acres e Novo México, que ocupa o terceiro lugar com cerca de 43.529 acres a mais das terras agrícolas que passaram a ser propriedade estrangeira. O relatório explica que os aumentos são principalmente à execução e de interesse de rendimento a longo prazo por empresas de energia eólica e solar nessas regiões.

Dentre os Estados que apresentaram as maiores reduções de propriedades agrícolas em mãos de estrangeiros estão o Colorado com uma diminuição de 91.970 acres, seguido por Minnesota, com uma redução de 54.794 acres, e Iowa, com uma diminuição de 16.047 acres. Segundo a USDA (2015), essas diminuições ocorreram principalmente devido à arrendamentos de longo prazo que foram rescindidos, além da venda de vários tipos de terras agrícolas.

Com relação aos países de origem dos investimentos em terras agrícolas e não agrícolas nos Estados Unidos, o relatório destaca a atuação canadense como maior *grabber* dos EUA. O Canadá lidera com cerca de 25% do total das terras adquiridas por estrangeiros o que equivale a 6.873.356 acres. Em segundo lugar encontra-se os Países Baixos que foi responsável por 18% das aquisições do total de terras, seguidos pela Alemanha com 7%, pelo Reino Unido com 6% e Portugal com 5%. Os cinco países juntos possuem cerca de 36% das terras na mão de estrangeiros nos Estados Unidos. Os demais países detém cerca de 39% das terras agrícolas e não agrícolas adquiridas por estrangeiros reportadas, o que equivale a 10.832.541 de acres.

A tabela a seguir demonstra as disposições territoriais agrícolas e não-agrícolas dos EUA por nacionalidade dos investidores estrangeiro:

Tabela 5. Disposições de Terras Agrícolas e Não-agrícolas nos EUA por País do Investidor Estrangeiro.

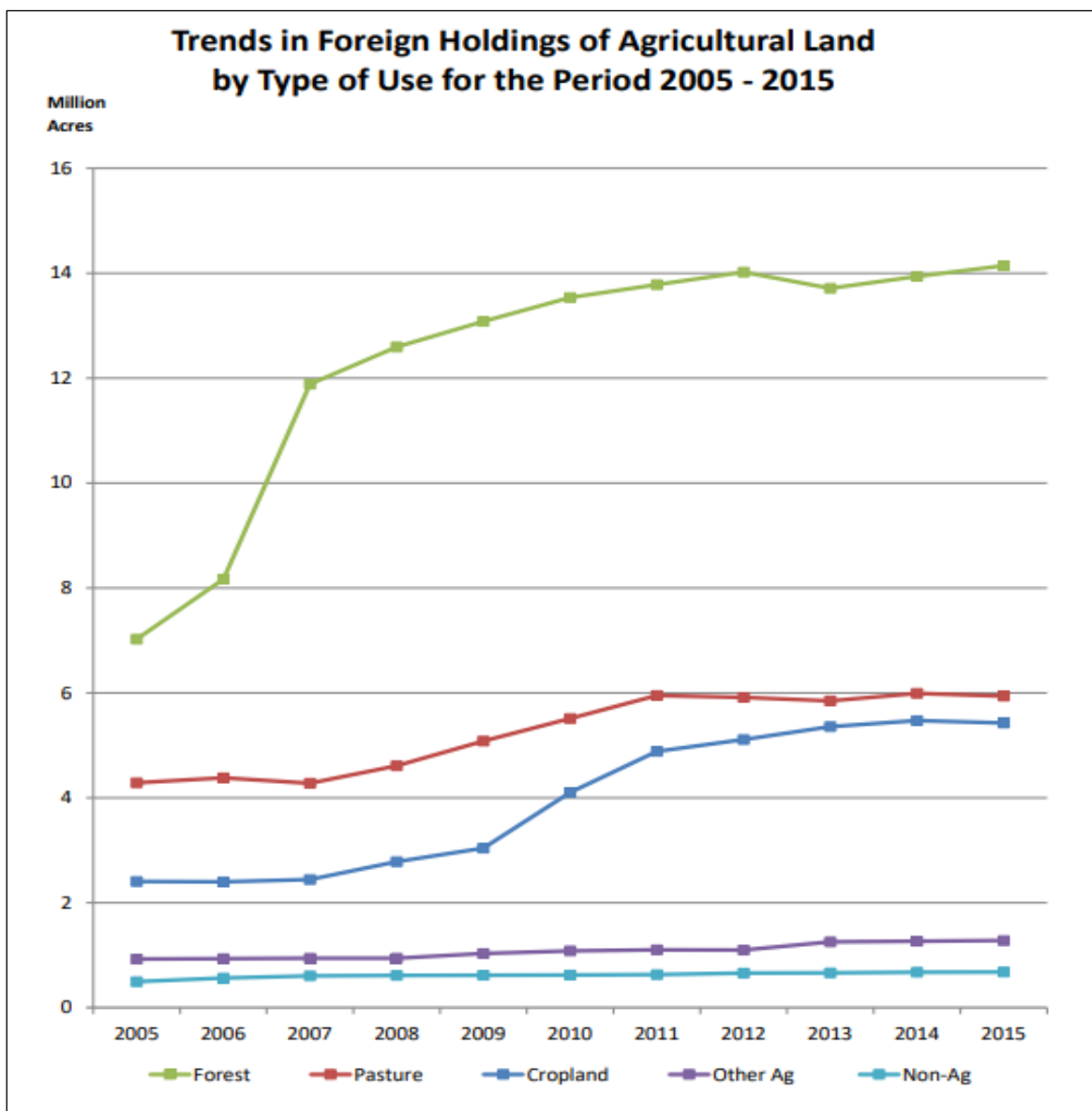
Report 9 U.S. Agricultural and NonAgricultural Land Dispositions by Country of Foreign Investor January 1, 2015 - December 31, 2015				
Country of Foreign Investor	Number of Investors	Number of Parcels	Total Acres	Selling Price (\$1,000) 1/
Canada	3	3	1,127	1,497
Cayman Islands	2	3	3,047	27,252
Denmark	1	1	160	184
Germany	2	2	707	1,605
Netherlands	7	36	15,764	19,276
New Zealand	1	1	6	850
Portugal	18	51	123,543	107,534
Sweden	1	1	3,638	8,033
Switzerland	2	2	121	309
Subtotal 2/	37	100	148,114	166,540
US/Netherlands	1	2	156	4,983
US/Switzerland	2	2	1,177	960
Subtotal 3/	3	4	1,333	5,943
Total All Land Dispositions	40	104	149,447	172,482

Fonte: USDA (2015, p. 218).

Com relação às principais atividades que se referem ao uso da terra, o USDA coloca que 52% das terras adquiridas por estrangeiros são para fins de florestamento e produção de madeira. Cerca de 26% das terras são para pastagem, 20% das terras são destinadas ao cultivo agrícola e cerca de 2% para o cultivo não-agrícola. Segundo o relatório, as terras não agrícolas incluem propriedades e estradas controlados por investidores estrangeiros.

A tabela a seguir apresenta as tendências das aquisições estrangeiras de terras agrícolas em termos de uso da terra:

Gráfico 2. Tendências das Explorações Estrangeiras de Terras Agrícolas por Tipo de Utilização para o período 2005-2015



Fonte: USDA (2015, p. 12).

É importante considerar que há problemas na obtenção dos dados que podem alterar as informações. No entanto é possível ter noção da dimensão do fenômeno. De acordo com o relatório há problemas no fornecimento das informações, além de problemas de atrasos ou não fornecimento das informações que ultrapassam os 90 dias estabelecidos, o que torna os dados fornecidos subestimados e há também informações fornecidas que são incompletas.

Segundo relatório a propriedade estrangeira nos Estados Unidos encontrava-se estável entre 2000 e 2006 com cerca de 1% das terras agrícolas estrangeirizadas. Em 2007, há um crescimento de 1,6% e em 2011 cerca de 2% das terras agrícolas do país estão na mão de

estrangeiros empresas estrangeiras. Esse percentual sobe levemente para 2,1 em 2014 e se mantém no ano de 2015.

Ainda há uma mudança significativa nas terras destinadas às florestas devido ao aumento de compra de terras por empresas madeireiras (USDA, 2015). Nesse sentido, Hettinger (2017), alerta que a vendas de terras para produção de madeira foi principalmente para um punhado de investidores estrangeiros. O autor explica que na última década, nove dos principais proprietários estrangeiros de terras agrícolas dos EUA são destinados à produção de madeira.

Os novos donos de terras são frequentemente investidores institucionais, como fundos de aposentadoria, doações de universidades ou grandes investidores privados. Os investimentos em terras agrícolas especialmente aquelas para produção de madeira vem crescendo nas últimas décadas em parte devido ao desejo dos investidores de diversificar suas participações e em parte devido ao crescimento de certas estruturas fiscais que favorecem o investimento em terras agrícolas (Ibidem, 2017).

Os principais investidores estrangeiros possuem cerca de 8,1 bilhões de dólares em terras agrícolas. A empresa com maior número de acres, a Red Montana Timber, está sediada na Holanda e possui cerca de 762.518 acres. A segunda instituição destacada pelos autores é o Desenvolvimento Industrial Internacional, um fundo de investimento imobiliário cujo país estrangeiro é o Japão e possui 1.100 acres. Apesar do número de acres ser pequeno em relação aos demais, a propriedade equivale a US\$ 1.023.159.000 devido a sua localização e recursos. Países como México, Canadá, China e Itália também possuem empresas e instituições que estão entre as dez maiores compradoras de terras para produção de madeira nos Estados Unidos (Ibidem, 2017).

Após ter noção da dimensão do fenômeno do Land Grabbing nos EUA, é possível entrar no debate sobre o aumento dos investimentos estrangeiros em terras no país. O debate será abordado na próxima seção.

3.3 Debate e motivos do avanço do fenômeno no território norte-americano

Cresce nos anos 2000 o investimento em terras agricultáveis nos EUA. Empresas como a AEW incentivam investimentos em terras dos EUA por considerarem um bom

investimento, porém, alguns deputados e organizações da sociedade civil como a National Family Farm Coalition (NFFC) que defendem os pequenos produtores alertam para as consequências negativas do fenômeno. O debate reflete na legislação em que Estados como Iowa proíbe, explicitamente a compra de terras por estrangeiros, principalmente não residentes, enquanto outros buscam flexibilizar a lei para incentivar essa compra.

O principal motivo do Land Grabbing nos EUA levantado por aqueles que se preocupam a respeito corrobora o argumento apresentado no primeiro capítulo sobre as características gerais do fenômeno. A quádrupla crise em meados de 2008, favoreceu o investimento em terras por serem bens palpáveis e mais seguros de se investir. O aumento da demanda por terras e o aumento do preço dos alimentos fez com que aumentasse a busca por terras nos EUA.

Nos EUA e ao redor do mundo, muitas empresas do setor financeiro passaram a especular em torno da terra e o fato das terras nos EUA serem atrativas pela segurança do investimento fez com que muitas dessas instituições passassem a investir nesse setor. As baixas taxas de juros, os altos preços das commodities e ao aumento do valor das terras em cerca de 25% em 2012 elevam esse tipo de investimentos (NFFC, 2012a; Thomson, 2017).

Segundo a NFFC (National Family Farm Coalition), a AEW Capital Management, uma empresa de investimento, está incentivando agressivamente os investidores de seus clientes e outros para as terras americanas. A empresa publicou em 2012 uma pesquisa explicando as vantagens de se investir em terras nos EUA.

Segundo a AEW (2011), as terras dos EUA são atrativas por diversas razões, porém a mesma elenca as cinco principais vantagens: os retornos atrativos seriam a primeira vantagem, na medida em que as terras cultiváveis nos EUA produziram retornos totais de cerca de 10% e 13% nos últimos 20 anos com pouca volatilidade o que diminui os riscos de investimento.

A segunda razão elencada pela empresa é proteção contra inflação, uma vez que nos últimos 20 anos, o índice anual de terras agrícolas do *National Council of Real Estate Investment Fiduciaries* (NCREIF) teve uma correlação positiva de 0,26 com a inflação.

Os retornos não correlacionados configuram a terceira vantagem destacada pela AEW Capital Management, onde os retornos de terras cultiváveis dos EUA tiveram correlação baixa ou negativa com outras grandes classes de ativos.

Outra vantagem está relacionada aos Fundamentos Fortes, tendo em vista que o aumento na demanda por terras à nível global e o aumento na procura de commodities agrícolas deve sustentar o atual desequilíbrio entre oferta e demanda no futuro previsível.

A última vantagem destacada pela empresa são os lucros agrícolas. Segundo a AEW (2011), os agricultores dos EUA possuem lucros três a quatro vezes maiores e como os agricultores competem para expandir suas operações com uma oferta fixa de acres, espera-se que esses lucros sejam capitalizados em valores de terra.

A exemplo da AEW, outras empresas do setor de investimentos financeiros incentivam a compra de terras agrícolas nos EUA apontando suas vantagens, o que leva a um aumento significativo do direcionamento de capital para bens como a terra. Um exemplo claro desse investimento especulativo em terras nos EUA, é a TIAA-CREF, considerada uma das maiores seguradoras norte-americana de fundo de pensão do setor financeiro. A seguradora possui cerca de US\$ 23 trilhões em ativos, dentre eles, 5 a 15 bilhões de dólares são investidos em terras agrícolas e até 2015 esse valor tende a dobrar. Sua nova estratégia é investir em terras agrícolas para escoar e aumentar seu percentual lucrativo (NFFC, 2012b).

Apesar da TIAA-CREF não entrar na conta por ser uma empresa nacional, é importante mencionar a extensão de seus investimentos. Além disso, a mesma anunciou uma nova empresa de investimento privado denominada Global Agriculture LLC, na qual há parceria dos EUA com capital britânico e do Canadá. A empresa destina cerca de 49% de seus investimentos em terras agrícolas nos EUA. A empresa planeja comprar terras e alugar ou arrendar de volta aos próprios agricultores locais que ficam mais vulneráveis devido à amplitude de controle da empresa e se tornam mais vulneráveis à investimentos externos (Ibdem, 2012b).

Dados do GRAIN (2012) sobre o Land Grabbing Global em todos os países, apontam que nos EUA as três principais empresas que comprem terras no país são do setor financeiro. A primeira delas seria a seguradora canadense Hancock Agricultural Investment Group que comprou cerca de 93.000 hectares de terras no país para cultivo agrícola e também possui terras na Austrália e no próprio Canadá, gerenciando um valor de cerca de US\$ 1,4 bilhões. Em segundo lugar estaria a Ingleby Company de nacionalidade dinamarquesa que adquiriu por meio de acordo cerca de 1.427 hectares com a finalidade de produção da Pistache que é uma espécie de grão para consumo humano. A Agricultural Capital Partners Irlanda, por sua vez, adquiriu cerca de 1.250 hectares de terras agrícolas

para produção de laticínios. A empresa costuma comprar terras e vende-las após 5 a 7 anos para obter lucros com a especulação.

3.4 Reações sociais ao Land Grabbing nos EUA

Apesar do investimento em terras ser colocado como algo positivo por algumas agências de investimento e por alguns setores da sociedade norte-americana, há controvérsias com relação a esse fenômeno. O incentivo pode levar ao aumento considerável da especulação sobre terras agrícolas ou na área alimentícia, o que pode comprometer a soberania nacional, uma vez que as terras e recursos fundamentais norte-americanas estariam em posse de estrangeiros; pode gerar problemas de segurança alimentar, pois o controle sobre a governança alimentar tem se concentrado nas mãos de poucas instituições investidoras cujo foco é o lucro; pode também gerar problemas diretos aos pequenos agricultores como sua saída da terra, falta de acesso ao crédito para compra de insumos como fertilizantes e sementes; por fim, pode agravar os problemas ambientais já existentes com o Land Grabbing nacional como o faturamento hidráulico que gera terremotos e a poluição de terras e águas que se tornam impróprias para consumo e produção.

Sobre a preocupação com a especulação financeira sobre as terras e sobre o setor de alimentos, alguns especialistas já alertam para a formação de uma bolha no preço da terra. Segundo a NFFC (2012a) e Thomson (2017), analistas comparam a crise da especulação imobiliária de 2008 com a especulação sobre commodities. Segundo a NFFC (2012a), através do termo Sub-Priming Commodities, explica que corretores e investidores de Wall Street estão firmando acordos usando commodities agrícolas como alavancagem e as commodities ligadas ao comércio aceleram tais bolhas de preços que são mais vulneráveis a fatores externos.

Dentre as preocupações mais frequentes com a aceleração do fenômeno de Land Grabbing nos EUA, estão as consequências negativas aos pequenos agricultores que se veem obrigados a deixar suas terras. A NFFC (2012a) explica que pequenos agricultores passam a ter dificuldade de ter acesso a terras devido ao aumento do valor para arrendamento das terras, assim como devido as barreiras de crédito impostas. Essa tendência piora depois de 2008, quando a crise financeira faz com que investidores busquem bens mais palpáveis como a aquisição de terras.

Segundo o relatório denominado “Don’t Bank on It” produzido pela NFFC em parceria com outros atores da sociedade civil como a Farm Aid, a Food and Water Watch e a Rural Development Coalition, desde 2009, os pequenos agricultores estão tendo dificuldade de acesso a crédito para investir na produção de commodities e isso gera riscos de perda de terras e meios de subsistência. Essa dificuldade faz com que os mesmos não consigam comprar insumos como fertilizantes, sementes ou gado, além de não conseguirem arrendar terras para produzir. O endividamento dessa classe da sociedade também aumentou, pois não conseguem pagar os empréstimos para produzir, gerando um ciclo vicioso (NFFC, 2012a; NFFC, 2012b).

Um fato interessante, porém preocupante, que corrobora essa dificuldade de acesso ao crédito é que o número de pequenos agricultores que procuram por empréstimos na FSA (*Farm Service Agency*) aumentou. A FSA é uma agência que concede empréstimos em última instância a pequenos agricultores, quando os mesmos já tiveram empréstimos negados em todas as agências ou bancos anteriores (NFFC, 2012a).

O setor de suínos e laticínios são os mais atingidos por essas barreiras de acesso ao crédito. Esses problemas fazem com que as terras e setores alimentícios norte-americanos se tornem mais vulneráveis a investimentos estrangeiros.

Um exemplo dessa vulnerabilidade ocorreu em 2013, quando uma empresa chinesa apelidada de Shuanghui, que se tornou a WH Group Limited, conquistou a maior produtora de suínos do país, a Smithfield Company, pelo valor recorde de US\$ 4,7 bilhões (THOMSON, 2017; HETTINGER E HOLLY, 2017).

A empresa chinesa também adquiriu no acordo, o que muitas vezes, de acordo com Hettinger e Holly (2017) fica negligenciado, 146.000 acres de terras agrícolas nos Estados Unidos, valendo mais de US \$ 500 milhões. Segundo Thomson (2017), a China controla cerca de 400 fazendas, 33 fábricas de processamento de alimentos e cerca de um quarto dos suínos dos EUA. A aquisição demonstra a capacidade competitiva de empresas estrangeiras e sua capacidade de controlar setores alimentícios.

Não somente organizações da sociedade civil, mas também políticos defensores da área rural se preocupam com as aquisições de terras por estrangeiros e esse controle sobre o setor agrícola dos EUA. Essas preocupações têm levado a alterações na legislação e levantamento do debate num nível mais amplo. Nesse contexto, os senadores Debie Stabenow e Chuck Grassley apresentaram um projeto de lei que visava manter as terras agrícolas sob propriedade dos EUA. O argumento utilizado por eles é que o controle de

fazendas por entidades ou atores estrangeiros pode afetar a segurança nacional (THOMSON, 2017).

A solução encontrada por muitos pequenos produtores é vender parte das terras para comprar insumos, além disso, há as opções de vender a terra totalmente ou buscar empregos fora da fazenda. Todas as soluções deixam as terras mais vulneráveis para aquisição por estrangeiros em larga escala que buscam locais onde investir seu capital. Esta última alternativa elencada acima, a busca de emprego fora da fazenda, ilustra na prática o fenômeno do semi-proletariado colocado por Yeros e Moyo (2005), uma vez que os agricultores, com poucas opções devido ao avanço do Land Grabbing nos EUA passem a vender sua mão de obra no mercado e sejam duplamente explorados pelo capital. Isso chama a atenção para o fato de que os problemas gerados pelo Land Grabbing também afetam populações rurais em países desenvolvidos como é o caso dos EUA.

Além dos fatores citados acima, outro elemento é fundamental para a aceleração do fenômeno do Land Grabbing nos EUA e deve ser destacado. Esse elemento é de caráter demográfico, na medida em que a população agrícola dos EUA está envelhecendo e isso favorece o fenômeno, pois muitas vezes esses agricultores colocam as terras à venda. Segundo a NFFC (2012a), cerca de 30% dos agricultores nos EUA tem 65 anos ou mais e isso torna iminente o controle de terras em mãos estrangeiras nos EUA, uma vez que os fazendeiros locais não tem capital suficiente para comprar ou competir com o capital à nível internacional.

A previsão é de que cerca de 92 milhões de hectares sejam colocados à venda com o envelhecimento da população rural. Isso equivale a cerca de dois terços das terras agrícolas dos EUA mudando de mãos nas próximas décadas e os fazendeiros locais não podem competir (THOMSON, 2017).

Com o controle de terras sendo retirado das mãos do Estado norte-americano, como apontam as tendências de vendas de terras por agricultores que estão envelhecendo e o controle do setor de suínos pela China já em 2013, a soberania do país declina tanto no que se refere ao controle dos territórios, quanto ao controle do sistema alimentar. Quando se considera um cenário de conflito no sistema internacional, o controle territorial e da produção alimentar seria fundamental (THOMSON, 2017).

Os alimentos são um elemento fundamental para desenvolvimento nacional e é nesse contexto que Morgenthau (2003), um clássico autor realista das Relações Internacionais, elenca os alimentos como um atributo de poder das Nações. A sobrevivência da nação fica

em perigo quando a mesma não possui auto-suficiência alimentar, por exemplo, em tempos de guerra, pois a mesma deve manter canais comerciais abertos para importar os alimentos que não consegue produzir. Durante uma guerra, a nação autossuficiente em alimentos, não precisa gerar esforços e política nesse sentido, podendo se concentrar em outros aspectos. Portanto, pode-se dizer que um cenário contrário à autossuficiência, ou seja, uma escassez de alimentos pode gerar uma política internacional débil que impede o país de ter uma política externa mais ativa, uma vez que há sempre a preocupação de uma fome acabar com sua população (FOMERI, 2017).

Apesar dos relatórios fornecidos pela USDA não levarem em consideração os interesses no setor da mineração, Saskia Sassen (2016) alerta também para os problemas gerados pela extração mineral nos Estados Unidos que causam terremotos fraturamento hidráulico e poluição das águas. Problemas ambientais extremos tem causado transtornos. As populações locais e comunidades e organizações ambientais têm reagido a esses problemas.

Saskia Sassen explica que a locais em que a biosfera não consegue se recuperar e a terra fica exaurida pelos incessante de produtos químicos. Alguns locais há também a água morta pela falta de oxigênio decorrente de todo tipo de poluição. Segundo a autora o aumento rápido das aquisições de terras por parte de governos e empresas estrangeiras é uma das fontes dessa destruição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferenças do fenômeno em países centrais e periféricos? A resposta para tal questionamento ainda pode ser considerada como uma suposição, uma vez que são necessários estudos mais aprofundados acerca do fenômeno do Land Grabbing em países desenvolvidos. A priori, é preciso destacar que esta última seção foi desenvolvida de forma limitada, devido à escassez de informações sobre o fenômeno nos EUA. Porém, o presente estudo busca contribuir para o debate em torno do fenômeno, além de chamar atenção para os efeitos negativos do fenômeno que atinge até mesmo os países ricos do sistema internacional. Planeja-se realizar, dessa forma, um estudo mais aprofundado sobre os EUA em breve no âmbito da Pós-Graduação.

Apesar disso, tentaremos analisar os principais dados e considerações à respeito do Land Grabbing nos EUA e em Moçambique.

Tabela 6. Land Grabbing nos EUA e em Moçambique

CATEGORIA/PAÍS	EUA	MOÇAMBIQUE
1. QUANTIDADE DE HECTARES	10,8 milhões de hectares	2,5 milhões de hectares
2. TERRAS AGRÍCOLAS	2,1%	7%
3. PRINCIPAIS GRABBERS	Canadá, Países Baixos, Alemanha, Reino Unido e Portugal.	África do Sul, Ilhas Maurício, Noruega, Reino Unido, EUA e China.
4. USO DA TERRA	Cultivo de commodities; pasto; floresta.	Produção de papel, produção de madeira e créditos de carbono.

5. PROBLEMAS	Dificuldade de acesso à crédito e à terra; falência de pequenos produtores, expulsão incentivada; especulação financeira sobre a terra; danos ambientais decorrentes do uso indevido da terra e recursos naturais.	Expulsão e falência de pequenos produtores, alocação inadequada das famílias que aceitaram projetos de desenvolvimento em larga escala, desemprego, promessas não cumpridas de empresas líderes dos projetos, danos ambientais decorrentes do uso indevido da terra e recursos naturais.
--------------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Embora os dois países sejam extremamente diferentes em termos econômicos, pode-se considerar que as consequências para ambos são semelhantes: problemas ambientais; falta de acesso dos pequenos produtores à crédito e às terras e falta de controle sobre o sistema alimentar o que pode levar a uma insegurança alimentar.

O principal problema para ambos, do ponto de vista dos pequenos produtores, é a dificuldade de acesso à terra devido à investimentos em grande escala no setor agrícola. Isso gera problemas ambientais e de segurança alimentar sérios em ambos os países. Tanto nos EUA, quanto em Moçambique, há expulsão dos pequenos agricultores de suas terras e as comunidades tradicionais mais afetadas.

Dessa forma, também é importante destacar que população rural dos países possuem vulnerabilidades à mobilidade internacional do capital na medida em que empresas de diversos países buscam investir em suas terras devido aos benefícios financeiros apresentados. Em Moçambique, as empresas que buscam investir no país são mais do agronegócio, enquanto que nos EUA, os principais *grabbers* são empresas do setor financeiro que buscam lucrar com a especulação das terras.

É importante destacar também, que nos países desenvolvidos, a exemplo dos EUA, está se formando a classe do semi-proletariado. Yeros e Moyo (2005), a pontam para o surgimento do semi-proletariado nos países periféricos, no entanto, esse fenômeno também

ocorre nos EUA, a medida em que pequenos fazendeiros norte-americanos frente às condições impostas, buscam por empregos fora do campo para aumentar sua renda.

Em relação à atuação da sociedade civil, embora haja poucos relatos dessa atuação nos EUA, é possível perceber que comunidades e organizações da sociedade civil lutam contra os problemas sociais, econômicos e ambientais causados, tanto à nível nacional quanto à nível internacional. Além disso, há indícios da articulação entre os níveis e entre diferentes setores da sociedade civil que se mobilizam para minimizar ou reverter o processo de aquisição global de terras. Em Moçambique, pode-se citar o exemplo da articulação contra o ProSAVANA, que contou com a participação de organizações moçambicanas, brasileiras e japonesas, enquanto nos EUA essa articulação internacional também aparenta ocorrer tendo em vista que a NFFC adota medidas contra os efeitos negativos do Land Grabbing e conta com a participação de organizações nacionais e internacionais, como a Farm Aid, Food and Water Watch, Rural Development Coalition.

Ambos sofrem com as consequências ambientais do fenômeno, porém, nos EUA os problemas ambientais podem ser considerados mais extremos como o faturamento hidráulico, terremotos, além dos indícios de terra morta e água morta devido ao uso intensivo de agentes químicos. Enquanto em Moçambique, os problemas mais extremos são relacionados à expulsão de camponeses que já ocorre em larga escala e com violência.

As informações coletadas apontam para a confirmação da hipótese do presente trabalho de que seja no centro ou na periferia do sistema internacional, as populações pobres e vulneráveis de países ricos ou pobres que acabam sofrendo com os efeitos do fenômeno do Land Grabbing, enquanto as elites em países ricos e pobres se beneficiam e até mesmo incentivam o fenômeno. No entanto, é preciso realizar um estudo mais aprofundado acerca do Land Grabbing nos EUA para confirmar de forma mais eficaz essa hipótese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. **Projetos de Cooperação: Moçambique.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

AGROLINK. **Incobrasa fará biodiesel nos EUA.** Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/incobrasa-fara-biodiesel-nos-eua_49114.html>, acesso em 23 de Maio de 2018.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo; Além do neoliberalismo.** In: BORÓN, Atílio & SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 1º reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAGÃO, Fernanda Maria Baraúna de Freitas. **Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia, 2017.

AWE (2011). **Investing in U.S. Cropland.** <http://www.aew.com/pdf/AEWResearchInvestinginU.S.Cropland_000.pdf>, acesso em 9 de fevereiro de 2018.

AYLLÓN, Bruno. **A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** IPEA. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1845.pdf>, acessado em março de 2016.

AYLLÓN, Bruno. **Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul.** In: André de Mello e Souza (org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014, pp. 57-88.

BANCO MUNDIAL. **GDP Growth.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2016&locations=MZ&start=1981&view=chart>>, acessado em 30 de outubro de 2017.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de Desemprego em Moçambique.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=MZ>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. **Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America.** Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR, Saturnino M.; MCMICHAEL, Philip; SCOONES, Ian. **The politics of biofuels, land and agrarian change: editors' introduction.** The Journal of Peasant Studies, v. 37, n. 4, p. 575-592, 2010.

BUSINESS HUMAN RIGHTS. **Moçambique: Não ao Prosavana publica denúncias de violação de direito à terra e à informação de comunidades atingidas pelo Prosavana.** Disponível em: <<https://business-humanrights.org/pt/mo%C3%A7ambique-movimento>>

n% C3%A3o-a-prosavana-publica-den% C3%BAncias-de-viola% C3%A7% C3%A3o-de-direito-% C3%A0-terra-e-% C3%A0-informa% C3%A7% C3%A3o-de-comunidades-atingidas-pelo-programa>, acessado em 30/07/2017.

CABRAL, Lídia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios**. Textos Cindes, v. 26, 2011.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. Observador Rural (OMR), Documento de Trabalho, n. 6, 2013.

DE SCHUTTER, Olivier. **How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland**. The Journal of Peasant Studies, v. 38, n. 2, p. 249-279, 2011.

DW NOTÍCIAS. **Situação geral dos direitos humanos deteriorou-se em Moçambique, diz UE**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/situa%C3%A7%C3%A3o-geral-dos-direitos-humanos-deteriorou-se-em-mo%C3%A7ambique-diz-ue/a-41017559>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

DW NOTÍCIAS. **Sociedade civil moçambicana pela suspensão do ProSavana**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-mo%C3%A7ambicana-pela-suspens%C3%A3o-do-prosavana/a-38322562>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

DWYER, Michael B. **Building the politics machine: tools for ‘resolving’ the global land grab**. Development and Change, v. 44, n. 2, p. 309-333, 2013.

FAIRBAIRN, Madeleine. **Indirect dispossession: Domestic power imbalances and foreign access to land in Mozambique**. Development and Change, v. 44, n. 2, p. 335-356, 2013.

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

FASE. **Comunicado Urgente: Campanha “Não ao ProSAVANA” considera fraudulento o processo de Redesenho e de auscultações públicas do Plano Director do ProSAVANA**. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Comunicado-de-Imprensa-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-Final.pdf>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

FMI. **IMF Executive Board Concludes 2017 Article IV Consultation with the Republic of Mozambique**. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/03/07/pr1877-imf-executive-board-concludes-2017-article-iv-consultation-with-the-republic-of-mozambique>>, acesso em 29 de abril de 2018.

FMI. **Public Information Notice: IMF Executive Board Concludes 2005 Article IV Consultation with the Republic of Mozambique**. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/pn05120>>, acesso em 02 de maio de 2018.

FMI. Republic of Mozambique: 2009 Article IV Consultation, Fourth Review Under the Policy Support Instrument, and Request for a Twelve-Month Arrangement Under the Exogenous Shocks Facility. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09227.pdf>>, acesso em 02 de maio de 2018.

FMI. Staff Report For The 2017 Article Iv Consultation— Debt Sustainability Analysis. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/pdf/2018/dsacr1865.pdf>>, acesso em 29 de abril de 2018.

FOMERI. Geopolítica da fome: disputa pela terra e desafios globais do ODS 2. Apostila do Minicurso do Grupo de Estudos FOMERI, 2017.

GRAIN (2012). GRAIN releases data set with over 400 global land grabs. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>>, acesso em 13 março 2018.

HANLON, Joseph et al. Understanding land investment deals in Africa. Country report: Mozambique. Oakland, CA: The Oakland Institute, 2011.

HANLON, Joseph. Mozambique: ‘the war ended 17 years ago, but we are still poor’. Conflict, Security & Development, v. 10, n. 1, p. 77-102, 2010.

HETTINGER (2017). Sale of timber land went mostly to a handful of foreign investors. Disponível em: <<http://investigatamidwest.org/2017/06/22/sale-of-timber-land-went-mostly-to-a-handful-of-foreign-investors/>>, acesso em 13 de Março de 2018.

HETTINGER e HOLLY (2017). Foreign investment in U.S. farmland on the rise. Disponível em: <<http://investigatamidwest.org/2017/06/22/foreign-investment-into-u-s-farmland-on-the-rise/>>, acesso em 9 de fevereiro de 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. Somos carvão? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

LAND MATRIX. Mapa Global de Investimentos. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/en/get-the-idea/global-map-investments/>>, acessado em 10 de novembro de 2017.

LAND MATRIX. Top 10 Target Countries. Disponível em: <<http://www.landmatrix.org/en/get-the-idea/web-transnational-deals/>> acessado em 17 de novembro de 2017.

LIMA, Thiago; LEITE, Alexandre César Cunha. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, n. 9, p. 121-151, 2016.

MARGULIS, Matias E. **Trading out of the global food crisis? The World Trade Organization and the geopolitics of food security.** *Geopolitics*, v. 19, n. 2, p. 322-350, 2014.

MARGULIS, Matias E.; MCKEON, Nora; BORRAS JR, Saturnino M. **Land grabbing and global governance: critical perspectives.** *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2013.

MARGULIS, Matias E.; PORTER, Tony. **Governing the global land grab: multipolarity, ideas, and complexity in transnational governance.** *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 65-86, 2013.

MARTIN, William G.; PALAT, Ravi Arvind. **Asian Land Acquisitions in Africa: Beyond the 'New Bandung' or a 'New Colonialism'?** *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 3, n. 1, p. 125-150, 2014.

MCEWAN, C., MAWDSLEY, E. **Trilateral Development Cooperation: Power and Politics in Emerging Aid Relationships.** *Development and Change* 43(6). 2012, pp. 1185-1209.

MCMICHAEL, Philip. **Land grabbing as security mercantilism in international relations.** *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

MIDWEST CENTER. **Regulation on foreign ownership of agricultural land: A state-by-state breakdown.** Disponível em: <<http://investigatemitwest.org/2017/06/22/regulation-on-foreign-ownership-of-gricultural-land-a-state-by-state-breakdown/>>, acesso em 13 de março de 2018.

MONJANE, Boaventura. **Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica.** *Cadernos CERU*, v. 27, n. 2, p. 144-155, 2016.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOYO, Sam; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming the land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America.** Zed Books, 2005.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. **Imperialism and primitive accumulation: Notes on the new scramble for Africa.** *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

NFFC (2012a). **U.S. Farmland: The Next Big Land Grab?** Disponível em: <https://www.nffc.net/Learn/Fact%20Sheets/US%20Land%20Grab%20backgrounder_5.24.12.pdf>, acesso em 9 de Fevereiro de 2018.

NFFC (2012b). **Institutional Investors And The Great American Farmland Grab.** Disponível em: <http://www.nffc.net/Issues/Corporate%20Control/TIAA-CREF%20Backgrounder_2.3.13.pdf>, acesso em 13 de Março de 2018.

OBSERVADOR. **Revolta rural, manipulação interna e externa entre os riscos que ameaçam Moçambique.** Disponível em: <<http://observador.pt/2017/11/05/revolta-rural->

manipulacao-interna-e-externa-entre-os-riscos-que-ameacam-mocambique/>, acessado em 17 de novembro de 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. **Campanha "Não ao ProSavana": mobilização da sociedade civil no campo da cooperação internacional**. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/900-a-campanha-nao-ao-prosavana-desafios-e-estrategias-da-sociedade-civil-no-campo-da-cooperacao-internacional>>, acessado em 30/07/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês**. Agrária (São Paulo. Online), n. 12, p. 3-113, 2010.

OYA, Carlos. **The land rush and classic agrarian questions of capital and labour: A systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa**. Third World Quarterly, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013.

PAN ASIA PACIFIC. **The Right to Resist Land Grabs**. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fNG9ZcmUw0o&t=1s>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

PNUD. **PNUD in Mozambique**. Disponível em: <<http://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/countryinfo.html>>, acessado em 17 de novembro de 2017.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>, acessado em 30 de outubro de 2017.

SAFRANSKY, Sara; WOLFORD, Wendy. **Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas**. In: International Conference on Global Land Grabbing. Brighton, University of Sussex. 2011.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Editora Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Land grabs today: feeding the disassembling of national territory**. Globalizations, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique**. Maputo: FASE, 2013.

SOMMERVILLE, Melanie; ESSEX, Jamey; LE BILLON, Philippe. **The 'global food crisis' and the geopolitics of food security**. Geopolitics, v. 19, n. 2, p. 239-265, 2014.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade. **Aquisições transnacionais de terra em Moçambique: uma Interpretação pós-colonialista**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

THOMSON (2017). **Foreign Investors Are Snapping Up US Farms**. Disponível em: <<https://www.motherjones.com/food/2017/08/foreign-investors-are-snapping-up-us-farms/>>, acesso em 14 de março de 2018.

TRÁPAGA DELFÍN, Yolanda. **El fin de la frontera agrícola y el acaparamiento de tierras en el mundo**. Investigación económica, v. 71, n. 279, p. 71-92, 2012.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2011**. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312011.pdf>, acesso em 14 de março de 2018.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015**. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2015report.pdf>>, acesso em 04 de junho de 2018.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos Proletários Unidos á Globalização da Esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. 2008. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IPUR), Rio de Janeiro.

WHITE, Ben et al. **The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals**. The Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.